

Fiscalidade

Exame Out'2016

Sebastião foi sócio desta sociedade desde 2009 e até Maio de 2016, altura em que doou a quota que detinha na sociedade ao seu filho Luís, residente em Lisboa.

QUESTÃO 2.:

A doação efetuada pelo pai ao seu filho em 2016 é uma operação que:

- a) Está sujeita e não se encontra isenta de imposto do selo.*
- b) Não está sujeita a imposto do selo em qualquer circunstância.*
- c) Embora sujeita a imposto do selo, está isenta deste imposto.*
- d) Está sujeita a imposto do selo apenas se a sociedade detiver imóveis.*

A Kapa, S.A. tem no ativo quatro viaturas que adquiriu em 2016: uma viatura pesada de transporte de passageiros, adquirida em estado de uso e três viaturas ligeiras de passageiros importadas em estado novo. As depreciações destas quatro viaturas foram calculadas com base no método das quotas decrescentes, mas não foram aceites fiscalmente.

QUESTÃO 13.:

Em 2016, a aceitação fiscal das depreciações das viaturas da Kapa, S.A.. teria sido possível no caso de as viaturas desta empresa serem:

- a) Viaturas ligeiras de passageiros adquiridas em estado de uso.*
- b) Viaturas ligeiras de passageiros adquiridas em estado novo.*
- c) Viaturas pesadas de passageiros adquiridas em estado novo.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

O Manuel vendeu em 2016 um imóvel que tinha herdado em 2002 e que utilizou como casa de férias até à data da venda. Questionou Bernardo, o CC da ABC, Lda., acerca do enquadramento fiscal dessa venda.

QUESTÃO 19.:

No âmbito do IRS, a mais valia realizada na venda do imóvel pelo Manuel:

- a) Constitui rendimento da categoria G.*
- b) Enquadra-se na categoria B.*
- c) Não é tributada em IRS, por estar sujeita a imposto do selo.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

No cálculo da mais valia apurada nessa venda do imóvel herdado, há que saber o que se considera valor de aquisição no âmbito do IRS.

QUESTÃO 20.:

No cálculo da mais valia apurada em 2016 na venda do imóvel herdado pelo Manuel, considerou-se valor de aquisição:

- a) Zero.*
- b) O valor declarado na relação de bens, se for superior ao valor patrimonial tributário.*
- c) O valor patrimonial tributário do imóvel determinado nos termos do Código do IMI com referência à data do óbito.*
- d) O valor patrimonial tributário do imóvel dois anos antes da data do óbito.*

A ABC, Lda. contabilizou tardiamente, em maio de 2016, um custo imputável a 2015. Agora, o CC está com dúvidas, se no período de tributação de 2016 este custo será aceite no âmbito do IRC.

QUESTÃO 21.:

No âmbito do IRC, os custos contabilizados em 2016 pela ABC, Lda. e imputáveis ao exercício de 2015:

- a) Podem ser aceites em 2016.***
- b) Em nenhuma circunstância serão aceites no período de tributação de 2016.***
- c) Só podem ser aceites em 2015, pois nesse período foram incorridos.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

Questão 26.:

Um contabilista certificado com escritório no Porto foi contactado por um técnico informático português que reside atualmente no Qatar, e que pretende obter informações quanto ao 'regime dos residentes não habituais', por admitir a hipótese de vir a residir em Portugal.

Os honorários pagos por esse serviço ao contabilista:

- a) Não estão sujeitos a IVA.
- b) Estão sujeitos a IVA.
- c) Estão isentos de IVA.
- d) São tributados em IVA, com aplicação do regime de inversão do sujeito passivo.

Questão 27.:

Um residente num país com o qual Portugal não celebrou convenção para evitar a dupla tributação comprou um apartamento no Porto, que arrendou. Mais tarde, acabou por vender esse apartamento ao inquilino, que é cidadão italiano, apurando uma mais valia.

Ficaram sujeitas a IRS no nosso País:

- a) Apenas as rendas.
- b) As rendas e a mais valia.
- c) Apenas a mais valia.
- d) Nem as rendas, nem a mais valia.

Questão 28.:

Qual dos seguintes rendimentos não é tributável em IRS no momento do pagamento ou colocação à disposição?

- a) Um salário auferido por um jogador de futebol.
- b) Uma renda recebida pelo senhorio de um apartamento no Algarve.
- c) Uma pensão auferida por um "reformado".
- d) Um rendimento de trabalho independente, auferido por um sujeito passivo enquadrado no regime da contabilidade.

QUESTÃO 22.:

A cobertura de prejuízos efetuada pelos sócios da ABC, Lda., através de entregas em numerário em 2016:

- a) Cai no âmbito das isenções em IRC.***
- b) Não terá efeitos no reporte de prejuízos no âmbito do IRC.***
- c) Constitui uma variação patrimonial positiva tributável e afecta o resultado integral da sociedade em 2016.***
- d) Constitui uma variação patrimonial positiva tributada em IRC no ano 2016.***

Questão 29.:

São obrigatoriamente tributadas em IRS integrando agregados familiares diferentes:

- a) Duas pessoas divorciadas residentes em Portugal.
- b) Duas pessoas casadas em regime de separação de bens.
- c) Duas pessoas unidas de facto.
- d) Duas pessoas casadas em regime de comunhão de adquiridos.

Questão 30.:

Em Portugal, para efeitos de IRS, uma pessoa singular residente fiscal nos Estados Unidos da América:

- a) Nunca engloba os rendimentos obtidos em Portugal.
- b) Se englobar os seus rendimentos em Portugal, tem obrigatoriamente que incluir também os rendimentos obtidos no estrangeiro.
- c) Está sempre obrigado a englobar os rendimentos obtidos em Portugal.
- d) Só está obrigado a englobar os rendimentos obtidos em Portugal se tiver

Questão 31.:

Uma dada sociedade apurou pela primeira vez na sua existência um prejuízo fiscal em 2014.

Se no ano de 2015 apurou um lucro tributável de montante inferior ao do prejuízo fiscal do ano anterior, terá apurado na declaração modelo 22 deste ano uma matéria coletável:

- a) Negativa.
- b) Nula.
- c) Positiva.
- d) Positiva ou nula.

Questão 32.:

São aceites como gastos na determinação do lucro tributável de IRC as perdas por imparidade em créditos sobre:

- a) Autarquias locais que estejam em mora há mais de 24 meses.
- b) Autarquias locais que estejam a ser reclamados judicialmente.
- c) Empresas participadas em mais de 10 por cento do capital, se estiverem a ser reclamados judicialmente.
- d) Clientes que estejam em mora, ainda que cobertos por hipoteca.

Questão 33.:

Integra o conceito de transmissão de bens imóveis para efeitos de tributação em IMT:

- a) Uma promessa de compra e venda de um bem imóvel, quando o preço prometido está integralmente pago.
- b) Uma promessa de compra e venda de um bem imóvel, logo que esteja verificada a tradição do bem para o promitente-comprador.
- c) Uma aquisição da totalidade das ações representativas do capital de uma sociedade proprietária de bens imóveis.
- d) Uma doação de um bem imóvel.

Exame Junho'2016

A 7x24, Lda. funciona em instalações arrendadas, tendo a renda sido fixada em 1.000 € a partir de janeiro de 2016. René Martre, um cidadão francês com o estatuto de não residente em Portugal é, desde janeiro de 2016, o proprietário do andar onde está instalada a Clínica Médica 7x24, Lda. e onde esta presta as consultas médicas.

QUESTÃO 4.:

A renda recebida mensalmente pelo proprietário Sr. René Martre:

- a) É tributada em Portugal à taxa especial de 28%.*
- b) É um rendimento da categoria F que não precisa de ser declarado na modelo 3.*
- c) É um rendimento tributado a título definitivo à taxa de 25%.*
- d) Não está sujeita a IRS em Portugal porque o titular do rendimento é não residente.*

Os médicos questionaram Angelina acerca das obrigações de faturação e do enquadramento em IVA nas várias especialidades que exercem.

QUESTÃO 7.:

Relativamente às consultas de pediatria prestadas através da 7x24, Lda.:

- a) Estão sujeitas a IVA à taxa de 23%.*
- b) Estão isentas de IVA.*
- c) Existe dispensa da obrigação de emitir fatura.*
- d) Pode apenas ser emitido recibo de quitação.*

Uma das primeiras questões que Angelina analisou foi o enquadramento em sede de IRC da 7x24, Lda., nomeadamente se esta sociedade está obrigatoriamente sujeita ao regime de transparência fiscal.

QUESTÃO 8.:

No tocante ao enquadramento em IRC, a 7x24, Lda.:

- a) Está obrigatoriamente sujeita ao regime de transparência fiscal.*
- b) Não está sujeita ao regime de transparência fiscal.*
- c) Será excluída do regime de transparência fiscal se, na declaração de início de atividade ou em declaração alterações posterior, os sócios declararem essa vontade.*
- d) Poderá ficar abrangida pelo regime de transparência fiscal por opção manifestada na declaração de início de atividade ou, posteriormente, em declaração de alterações.*

Os sócios da 7x24, Lda. também têm dúvidas relativamente ao regime fiscal aplicável aos lucros distribuídos pela sociedade.

QUESTÃO 9.:

Os lucros distribuídos pela 7x24, Lda. aos sócios, todos eles médicos, em 2016:

- a) Ficaram sujeitos a retenção na fonte à taxa de 20%.*
- b) Ficaram sujeitos a retenção na fonte à taxa de 25%.*
- c) Não ficaram sujeitos a retenção na fonte.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

A esposa de um dos sócios da 7x24, Lda. é sócia de uma sociedade que, em 2015, registou prejuízos. Tendo encontrado Angelina no consultório, questionou-a sobre o regime fiscal, em sede de IRC, das coberturas de prejuízos efetuadas pelos sócios.

QUESTÃO 24.:

A cobertura de prejuízos efetuada pelos sócios de uma sociedade, através de entregas em numerário:

- a) Constitui uma variação patrimonial positiva não tributada.*
- b) Constitui uma variação patrimonial positiva não tributada e sem efeito no reporte fiscal de prejuízos.*
- c) Constitui uma variação patrimonial positiva apenas com efeitos no reporte de prejuízos se respeitar a prejuízos dos últimos seis anos.*
- d) Constitui uma variação patrimonial positiva relevante em relação ao ano a que respeitam os prejuízos cobertos pelos sócios.*

Aproveitando a disponibilidade de Angelina para responder a questões, a senhora colocou-lhe ainda uma outra pergunta, esta agora relacionada com a contabilização de gastos e rendimentos imputáveis a exercício anterior.

QUESTÃO 25.:

Se uma sociedade contabilizar em dado período de tributação gastos ou rendimentos imputáveis a exercício anterior a esse, tais gastos ou rendimentos:

- a) Serão sempre aceites no período em que são contabilizados.*
- b) Podem ser aceites no período em que são contabilizados.*
- c) Nunca serão aceites no período em que são contabilizados.*
- d) Terão obrigatoriamente que ser contabilizados no período a que dizem respeito.*

Questão 26.:

Relativamente aos rendimentos da categoria B do IRS, com exceção dos respeitantes a atos isolados:

- a) Podem ser sempre apurados com base na contabilidade.
- b) Podem ser apurados com base na contabilidade, se se tratar de empresas médias ou de grande dimensão.
- c) Podem ser sempre apurados com base no regime simplificado.
- d) São apurados com base no regime escolhido pelos sujeitos passivos.

Questão 27.:

Para efeitos de tributação em IRS, as indemnizações por despedimento de um trabalhador constituem:

- a) Rendimentos do trabalho dependente.
- b) Rendimentos de pensões.
- c) Incrementos patrimoniais.
- d) Rendimentos empresariais e profissionais.

Questão 28.:

São tributadas em IRC pela totalidade dos seus lucros:

- a) As pessoas coletivas que tenham sede em Portugal.
- b) As pessoas coletivas que tenham sede ou direção efetiva em Portugal.
- c) As pessoas coletivas que tenham sede e direção efetiva em Portugal.
- d) As pessoas coletivas que não tenham sede nem direção efetiva em Portugal, mas que aqui tenham um estabelecimento estável.

Questão 29.:

Salvo em caso de sociedade em liquidação, a adoção, para efeitos de IRC, de um período de tributação superior a um ano em relação a uma sociedade:

- a) Só é possível se se justificar por razões de ordem técnica.
- b) Só é possível se tal for aceite pela AT, mediante requerimento do sujeito passivo.
- c) Só é possível em relação a sujeitos passivos que alterem o seu período de tributação, quando este deixar de coincidir com o ano civil.
- d) Nunca é possível.

Questão 30.:

Se um dado sujeito passivo de IRS pretender optar pelo englobamento de lucros que recebeu ou lhe foram colocados à disposição, e com referência ao mesmo ano:

- a) Tem que optar também pelo englobamento dos seus rendimentos prediais.
- b) Tem que optar também pelo englobamento dos seus outros rendimentos facultativamente englobáveis.
- c) Tem que optar também pelo englobamento dos seus demais rendimentos de capitais.
- d) Não está obrigado a englobar quaisquer outros rendimentos facultativamente englobáveis.

Questão 31.:

Os honorários de um contabilista certificado auferidos por serviços prestados a partir de um escritório localizado em território português:

- a) Estão obrigatoriamente sujeitos a IVA, seja quem for o adquirente dos serviços.
- b) Não estão sujeitos a IVA se o adquirente dos serviços for uma pessoa singular residente no estrangeiro.
- c) Estão isentos de IVA se o adquirente for um sujeito passivo residente no estrangeiro.
- d) Não estão sujeitos a IVA se o adquirente for um sujeito passivo residente no estrangeiro.

Questão 32.:

O imposto de selo das letras:

- a) É liquidado pelo emitente e constitui encargo do sacado.
- b) É liquidado pelo sacado e constitui encargo do emitente.
- c) É liquidado pelo sacado e constitui encargo deste.
- d) É liquidado pelo emitente e constitui encargo deste.

Exame Fev'2016

A gerência da sócia Red Devils Ltd teve também dúvidas relativamente ao regime fiscal aplicável aos lucros distribuídos pela Soma Dígitos, Lda..

QUESTÃO 3.:

Aquando da distribuição, os lucros da Soma Dígitos, Lda. distribuídos em 2015 à sócia Red Devils Ltd:

- a) Foram sujeitos a retenção na fonte à taxa de 20%.*
- b) Foram sujeitos a retenção na fonte à taxa de 25%.*
- c) Foram sujeitos a retenção na fonte à taxa de 28%.*
- d) Não foram sujeitos a retenção na fonte.*

Em 2015 os sócios da Soma Dígitos, Lda. concluíram que o escritório de Lisboa tinha uma dimensão exígua perante as necessidades, pelo que procuraram um novo espaço. E, consequentemente, procederam à mudança de instalações no decurso do mês de novembro.

O escritório onde a empresa estava instalada tinha sido adquirido em novembro de 2005 por 300.000 euros (a que acresceram despesas com IMT, escritura e registos no valor total de 20.000 euros) e estava a ser depreciado à taxa máxima aceite fiscalmente.

No final de 2015 a gerência da Soma Dígitos, Lda. ponderou qual seria a melhor solução: alienar ainda em 2015 o edifício do escritório por 200.000 euros (esta foi a melhor oferta que conseguiram obter, muito inferior ao VPT do imóvel, que é de 285.000 euros) ou

disponibilizá-lo no mercado de arrendamento, onde espera conseguir obter uma renda mensal bruta de 1.200 euros.

QUESTÃO 8.:

Caso tivesse ocorrido a alienação do escritório de Lisboa ainda em 2015 pelo valor de 200.000 euros:

- a) No apuramento do lucro tributável de 2015 a Soma Dígitos, Lda. deverá considerar o valor de alienação (200.000 euros).*
- b) No apuramento do lucro tributável de 2015, a Soma Dígitos, Lda. deverá considerar o VPT (285.000 euros), exceto se fizer prova de que o preço efetivamente praticado na transmissão do imóvel foi 200.000€.*
- c) Dado que a Soma Dígitos, Lda. reinvestiu o valor de realização obtido na venda do imóvel na aquisição de um novo imóvel, não haverá lugar ao apuramento de mais ou menos valias fiscais.*
- d) Dado que a Soma Dígitos, Lda. investiu na aquisição de novo imóvel, qualquer mais valia que fosse apurada na alienação do antigo escritório nunca estaria sujeita a tributação em sede de IRC.*

Em meados de 2015, António Sousa foi contactado por Cláudio Pimentel, um amigo que emigrara para Angola, cinco anos antes. Cláudio Pimentel começara em Angola um novo negócio de importação de máquinas e ferramentas para a indústria, numa empresa com sede em Luanda e que gira sob a firma Impormáquina, Lda.. Esta sociedade tem tido bastante sucesso e Cláudio Pimentel contratou a Soma Dígitos, Lda. para implementar um sistema de contabilidade analítica e controlo de custos. Este trabalho teve início nos princípios de outubro de 2015 e deverá ficar concluído até ao final de junho de 2016. O preço total acordado foi de 270.000 euros, não estando previstas despesas com viagens e estadas dado que a Soma Dígitos, Lda. efetuará todo o trabalho a partir do escritório de Lisboa, com recurso à Internet. Ficou acordado que este trabalho será pago 50 por cento na adjudicação, 25 por cento até ao final de 2015 e os restantes 25 por cento até 30 de junho de 2016.

Foi também acordado um prémio de sucesso adicional no valor de 25 por cento sobre o preço contratado, caso a Soma Dígitos, Lda. consiga concluir o trabalho até 31 de março de 2016.

QUESTÃO 13.:

Os serviços prestados pela Soma Dígitos, Lda. à Impormáquina, Lda.:

- a) Estão sujeitos a IVA à taxa de 23%.*
- b) Estão isentos de IVA.*
- c) Não estão sujeitos a IVA.*
- d) Estão isentos de IVA, mas apenas se os técnicos da Soma Dígitos, Lda. forem prestar serviços em Angola.*

QUESTÃO 16.:

A venda da carteira de clientes de Joaquim Caldeira à Soma Dígitos, Lda.:

- a) Está sujeita a IVA.*
- b) Não está sujeita a IVA, por poder considerar-se a transmissão de um património que constitui um ramo de atividade independente.*
- c) Está isenta de IVA.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

António Sousa e Bernardo Sousa entenderam também que há lugar a retenção da fonte de IRS relativamente aos pagamentos que a Soma Dígitos, Lda. deverá efetuar a Joaquim Caldeira pela compra da carteira de clientes.

QUESTÃO 17.:

Nos pagamentos a Joaquim Caldeira pela compra da carteira de clientes, a Soma Dígitos, Lda.:

- a) *Deverá efetuar retenção na fonte de IRS à taxa de 25%.*
- b) *Deverá efetuar retenção na fonte de IRS à taxa de 28%.*
- c) *Deverá efetuar retenção na fonte de IRS à taxa de 20%.*
- d) *Não deverá efetuar retenção na fonte de IRS.*

Questão 26.:

A Sociedade Alfa, Lda., tendo em vista a realização de uma oferta por ocasião do aniversário de um seu importante cliente, adquiriu uma peça de porcelana, cujo IVA, atendendo ao fim visado, não deduziu.

A oferta ao cliente:

- a) Constituiu operação sujeita a IVA.
- b) Constituiu operação não sujeita a IVA.
- c) Constituiu operação sujeita a IVA, e não isenta de imposto.
- d) Constituiu operação isenta de IVA.

Questão 27.:

Benefícia de isenção de IVA:

- a) A prestação de serviços que um empregado, no âmbito de uma relação laboral, faz à respetiva entidade patronal.
- b) O trespasse de um estabelecimento.
- c) O alojamento num hotel.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 28.:

Estão sujeitos a retenção na fonte de IRS os rendimentos derivados de:

- a) Aquisição pelo trabalhador, por valor inferior ao de mercado, de viatura que tenha gerado encargos para a entidade patronal.
- b) Subsídio de refeição, em montante igual ao que é devido aos servidores do Estado.
- c) Subsídio de férias.
- d) Remunerações, ainda que não pagas nem colocadas à disposição dos trabalhadores.

Questão 29.:

O englobamento facultativo de rendimentos em IRS:

- a) Pode ser feito em relação aos rendimentos que o sujeito passivo pretenda englobar.
- b) Se o sujeito passivo pretender fazê-lo, fica obrigado a englobar todos os rendimentos da mesma categoria.
- c) Se o sujeito passivo pretender fazê-lo, fica obrigado a englobar todos os rendimentos facultativamente englobáveis.
- d) Só pode ser feito se dele não resultar menos imposto a pagar.

Questão 30.:

A Sociedade Alfa, Lda. adquiriu, em outubro de 2014, ações representativas de 20% do capital da Sociedade Beta, S.A.. No passado mês de setembro de 2015, a Sociedade Beta, S.A. procedeu a uma distribuição de lucros.

Relativamente à parte desses lucros da Sociedade Beta, S.A. que coube à Sociedade Alfa, Lda.:

- a) São objeto de tributação, por constituírem rendimento para a Sociedade Alfa, Lda..
- b) Não são objeto de tributação.
- c) Podem não ser objeto de tributação.
- d) Só não seriam objeto de tributação se as ações tivessem sido adquiridas há mais de 24 meses.

Questão 31.:

A Sociedade Beta, Lda. adquiriu no início de janeiro de 2012 equipamento de serralharia e mecânica usado, pelo preço de € 28.000,00, a que corresponde – caso fosse adquirido em estado novo – nas tabelas anexas ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, à taxa de 14,28%. Por se tratar de equipamento adquirido em estado de uso, atribuiu-lhe um período de vida útil de cinco anos. Entretanto, optou por adotar desde 2012 o método das quotas decrescentes para depreciar este equipamento.

Para efeitos fiscais, com referência ao ano de 2014, a Sociedade Beta, Lda. deve fazer na declaração de rendimentos:

- a) Nenhuma correção.
- b) Uma dedução de € 540,00.
- c) Uma dedução de € 1.568,00.
- d) Uma dedução de € 1.040,00.

Questão 32.:

A sociedade Solocações de Máquinas, S.A. alugou uma máquina de café à Sociedade Industrial do Norte, Lda. nas seguintes condições: a locatária fará quatro pagamentos trimestrais de € 200,00 cada; desde que faça esses pagamentos, a máquina passa a ser propriedade sua. Em termos de IVA:

- a) A simples entrega da máquina à locatária constitui uma transmissão de um bem, pelo que tem de ser liquidado IVA.
- b) Os pagamentos trimestrais correspondem ao serviço de locação, pelo que sobre eles tem de incidir IVA.
- c) Só aquando do último pagamento trimestral se considerará que houve uma transmissão de um bem, pelo que o IVA será devido nessa altura.
- d) Os pagamentos trimestrais estão sujeitos a tributação em IVA, mas não a transmissão do bem no fim do contrato, por constituir transmissão a título gratuito.

Exame Out'2015

Uma das questões discutidas entre Maria Teles e Inácio Salinas no que respeita à sociedade ATIS, Lda. que tencionam constituir prende-se com o enquadramento em sede de IRC dessa sociedade. Inácio ouviu um amigo médico dizer que se todos os sócios de uma sociedade exercem uma atividade profissional constante da Tabela de atividades do art.º 151º do Código do IRS, então a sociedade fica obrigatoriamente sujeita ao regime de transparência fiscal.

QUESTÃO 5.:

A sociedade para a prestação de serviços de contabilidade que Maria Teles e Inácio Salinas pretendem constituir:

- a) *Ficará obrigatoriamente sujeita ao regime de transparência fiscal.*
- b) *Não ficará sujeita ao regime de transparência fiscal.*
- c) *Só ficará sujeita ao regime de transparência fiscal se os sócios forem casados em regime de comunhão geral de adquiridos.*
- d) *Poderá ficar abrangida pelo regime de transparência fiscal por opção dos sócios.*

Maria Teles é também TOC de uma outra farmácia, sociedade unipessoal. Em 2015, a farmácia mudou de instalações, tendo-se instalado num imóvel arrendado cujo proprietário é o Dr. Silves, diretor técnico da farmácia, tendo sido acordado uma renda mensal de €1.000. O contrato de arrendamento foi celebrado em janeiro de 2015 e foi entretanto comunicado no portal das finanças.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere alínea g) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto Lei n.º 310/2009 de 26 de Outubro)	3 outubro 2015	VERSÃO A	
---	-----------------------	-----------------	---

QUESTÃO 6.:

No tocante ao contrato de arrendamento da farmácia celebrado em 2015:

- a) As rendas mensais estão sujeitas a retenção na fonte de IRS à taxa de 25%.*
- b) O contrato de arrendamento está sujeito a imposto do selo à taxa de 5% sobre o valor da renda mensal, a pagar nos trinta dias seguintes à assinatura do contrato.*
- c) As rendas da farmácia não estão sujeitas a retenção na fonte.*
- d) A farmácia está dispensada de efetuar a retenção na fonte de IRS porque o locador é um particular residente em Portugal.*

O Dr. Silves pretende doar ao filho este imóvel, ainda em 2015, receando alterações legislativas menos favoráveis que possam vir a ocorrer.

QUESTÃO 7.:

A doação do imóvel em 2015 pelo Dr. Silves ao seu único filho:

- a) Está sujeita a tributação em imposto do selo, à taxa de 0,8%.*
- b) Está sujeita a tributação em imposto do selo, à taxa de 10%.*
- c) Não está sujeita a tributação imposto do selo.*
- d) Está isenta de imposto do selo.*

No âmbito do IRC, Maria Teles tem dúvidas quanto ao preenchimento do quadro 07 da Mod. 22 de IRC de 2015, nomeadamente acerca do tratamento em sede de IRC do seguro de vida que José Maria, um dos sócios da SSS, Lda. e gerente desta sociedade, teve de subscrever

por imposição da instituição financeira junto da qual aquela sociedade contraíu um empréstimo.

QUESTÃO 15.:

Os encargos de financiamento relacionados com o seguro de vida exigido pelo banco para a concessão do empréstimo bancário à sociedade:

- a) São sempre aceites na totalidade como gastos fiscais em sede de IRC, sem quaisquer limitações, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 23.º do Código desse imposto.*
- b) Estão sujeitos às limitações fiscais previstas no artigo 67.º Código do IRC quando os encargos de financiamento suportados pela empresa não ultrapassem o montante de € 10.000 anuais.*
- c) Não podem aceitar-se como gastos fiscais em sede de IRC, em nenhuma circunstância.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Outra dúvida de Maria Teles no âmbito do IRC prende-se com as alterações recentes da legislação sobre pagamentos especiais por conta (PEC), nomeadamente a possibilidade de dedução à coleta dos PEC. Decidiu pedir um parecer ao Consultório Técnico da Ordem sobre o tratamento fiscal dos PEC.

QUESTÃO 16.:

Relativamente aos pagamentos especiais por conta, o parecer da Ordem deve ter referido que:

- a) Os PEC's efetuados por uma sociedade a partir do ano de tributação de 2014 têm de permanecer em crédito durante cinco anos.*
- b) Os sujeitos passivos podem deduzir os PEC's efetuados antes de um de janeiro de 2014 em sete anos.*
- c) O reembolso dos PEC's efetuados após 2014 está dependente da verificação de determinados rácios de rentabilidade e da realização de ação de inspeção a pedido do contribuinte.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

A SSS, Lda. celebrou um protocolo com uma escola, ao abrigo do qual recebeu dois estagiários, ambos alunos finalistas de um curso superior de Contabilidade e Gestão. O objetivo deste estágio é permitir aos estagiários tomarem conhecimento do conteúdo funcional da direção financeira da empresa, sem contudo desenvolverem qualquer atividade economicamente relevante. Os estagiários receberam, durante os três meses de estágio, um valor mensal de € 450, a título de bolsa de formação.

QUESTÃO 19.:

As bolsas de formação recebidas por estes estagiários:

- a) Não estão sujeitas a IRS se o estagiário for não residente fiscal em Portugal e o estágio se realizar em Portugal.*
- b) Quando o estagiário for residente fiscal em Portugal, apenas ficam excluídas da tributação em IRS se o local de trabalho for fora de Portugal.*
- c) Não são tributadas em IRS sempre que os estágios consistirem em mera aquisição de conhecimentos teóricos e desde que os formandos não participem na produção de bens economicamente relevantes.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Maria Teles é também TOC de uma sociedade do setor do comércio alimentar, a CCC, S.A. Esta sociedade ofereceu um cabaz de alimentos à AVS - Associação dos Voluntários de Sempre, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que com eles irá preparar refeições para auxiliar pessoas desfavorecidas.

QUESTÃO 25.:

Em sede de IVA:

- a) As transmissões gratuitas de bens, efetuadas a instituições particulares de solidariedade social e que se destinarem a ser posteriormente distribuídos a pessoas carenciadas encontram-se isentas de imposto.*
- b) A CCC, S.A. está dispensada de emitir fatura porque a entrega de bens a título gratuito nunca se qualifica como operação sujeita a IVA.*
- c) A AVS pode entregar à CCC, S.A. um documento comprovativo do donativo com a menção de que o donativo foi concedido sem contrapartidas, com a indicação do montante recebido e ainda a referência ao seu enquadramento como entidade beneficiária de donativos.*
- d) A AVS tem de entregar à Autoridade Tributária, até ao final do mês de abril de cada ano, a Declaração Modelo 25 referente aos donativos recebidos no ano anterior, quer possam ou não ser enquadrados no estatuto do mecenato.*

Questão 26.:

Os juros de suprimentos pagos por uma sociedade por quotas portuguesa a uma pessoa singular residente em Portugal:

- a) Ficam obrigatoriamente sujeitos a englobamento.
- b) Só ficam obrigatoriamente sujeitos a englobamento se ultrapassarem uma dada taxa.
- c) São tributados a uma taxa liberatória.
- d) São tributados a uma taxa liberatória, com opção pelo englobamento.

Questão 27.:

Os rendimentos prediais auferidos por pessoas singulares:

- a) Estão sujeitos a uma taxa liberatória de 28%.
- b) Estão sujeitos a uma taxa especial de 28%.
- c) Estão sujeitos a um englobamento obrigatório.
- d) Nunca podem ficar sujeitos a englobamento.

Questão 28.:

O rendimento decorrente da venda de um crédito por parte de uma pessoa singular integra-se:

- a) Na categoria E.
- b) Na categoria G.
- c) Na categoria G, como mais-valia.
- d) Nas categorias E ou G.

Questão 29.:

Não são aceites como gastos, independentemente do modo como forem calculadas:

- a) Provisões para garantias a clientes.
- b) Perdas por imparidade em inventários.
- c) Perdas por imparidade em investimentos financeiros.
- d) Perdas por imparidade em créditos sobre clientes.

Questão 30.:

São fiscalmente aceites depreciações calculadas com base no método das quotas decrescentes relativamente a:

- a) Viaturas ligeiras de passageiros, adquiridas em estado de uso.
- b) Viaturas ligeiras de passageiros, adquiridas novas.
- c) Ativos intangíveis.
- d) Viaturas pesadas, sejam de passageiros, sejam de mercadorias.

Questão 31.:

Uma sociedade adquiriu em 2005, por € 40.000,00, uma máquina cuja taxa máxima de depreciação prevista para efeitos fiscais é de 25%.

Optou por depreciar integralmente essa máquina entre os exercícios de 2005 e 2014, a uma taxa anual de 10%.

Face a esse procedimento:

- a) Não foram aceites como gastos as depreciações que praticou, por não obedecerem à lei.
- b) Foram aceites como gastos as depreciações que praticou, por ter utilizado taxas inferiores às máximas.
- c) Não foram aceites como gastos as depreciações que praticou, por ter utilizado taxas inferiores às máximas.
- d) Não foram aceites como gastos as depreciações de 2013 e 2014.

Questão 32.:

A Sociedade Jota, Lda. apurou os seguintes resultados fiscais nos períodos indicados:

n	(€ 100.000,00)
n+1	(€ 30.000,00)
n+2	€ 60.000,00
n+3	€ 80.000,00

Os valores entre parêntesis significam prejuízos fiscais.

Supondo aplicáveis em relação a todos os períodos em causa as regras atualmente vigentes no domínio da dedução de prejuízos fiscais, os prejuízos fiscais disponíveis para dedução ao lucro tributável que venha a ser apurado no período n+4 serão de:

- a) Zero.
- b) € 10.000,00.
- c) € 32.000,00.
- d) € 42.000,00.

3

Exame Maio'2015

O imóvel foi depois vendido em outubro de 2014 por 450.000 €. O VPT de 500.000 € foi relevante para a determinação do resultado tributável no momento da revenda do imóvel, tendo a respetiva notificação sido incluída no dossier fiscal da empresa.

QUESTÃO 7.:

A transmissão do imóvel pela CasaPráVida, Lda. esteve:

- a) *Sujeita a tributação em imposto do selo, à taxa de 0,8%.*
- b) *Sujeita a tributação em imposto do selo, à taxa de 10%.*
- c) *Sujeita e não isenta de imposto do selo, à taxa de 10,8%.*
- d) *Isenta de imposto do selo.*

QUESTÃO 8.:

Relativamente às sociedades comerciais por quotas:

- a) *O Código das Sociedades Comerciais e o Código Comercial dispensam a obrigação de disporem de livro de atas das assembleias gerais.*
- b) *O livro de atas das assembleias gerais está sujeito a imposto do selo.*
- c) *Embora tenha deixado de incidir imposto do selo sobre os livros de atas, continua a ser obrigatório disporem de livro de atas das assembleias gerais.*
- d) *É da responsabilidade da TOC da CasaPráVida, Lda. averiguar efetivamente o que se passa com o livro de atas.*

QUESTÃO 9.:

Em 2015, os gastos suportados pela CasaPráVida, Lda. com o seguro de saúde constituído a favor das sócias-gerentes e também de todos os restantes trabalhadores desta empresa:

- a) Estão sujeitos a contribuições para a segurança social.*
- b) São dedutíveis em IRC, até ao limite de 15% dos gastos com o pessoal contabilizados a título de remunerações pela CasaPráVida, Lda..*
- c) Ficam sujeitos a IRS, na categoria A, porque se trata de um rendimento de trabalho dependente de todos os trabalhadores.*
- d) Não estão sujeitos a contribuições para a segurança social, exceto no tocante às contribuições de conta da entidade patronal.*

Lucília, sócia fundadora e desde então maioritária da CasaPráVida, Lda., tem 15.000 € de crédito sobre a empresa, resultante de transferência bancária que fez em novembro de 2013, para que esta dispusesse de liquidez para pagar os salários e o subsídio de Natal, e pretende agora, em maio de 2015, receber de volta aquela quantia.

QUESTÃO 12.

O reembolso dos suprimentos pela sócia fundadora e maioritária da CasaPráVida, Lda.:

- a) É tributado em IRS por retenção na fonte pois considera-se um adiantamento por conta de lucros.*
- b) É um fluxo de caixa das atividades de investimento na CasaPráVida, Lda..*
- c) Não está sujeito a tributação em imposto do selo nem IRS.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

QUESTÃO 18.:

Em sede de IVA, a cessação da atividade da Loja das Facas, Lda. em 31 de dezembro de 2014:

- a) É possível sem que o inventário remanescente seja vendido, caso em que nada será necessário fazer em termos fiscais.*
- b) É possível apesar de a sociedade continuar a efetuar vendas e a prestar alguns serviços ainda em 2015.*
- c) É possível sem que o inventário remanescente seja vendido, mas terá que ser liquidado o IVA deduzido aquando da aquisição desses inventários.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Alberto Marques tem clientes em vários países. Para relançar a atividade da Loja das Facas, Lda. tenciona adquirir na Alemanha uma linha de facas complementar a uma outra linha que fabrica e proceder à respetiva venda em Angola.

QUESTÃO 20.:

Caso a Loja das Facas, Lda. adquira facas na Alemanha para revender a um seu cliente angolano, sendo as facas enviadas diretamente do fabricante da Alemanha para o cliente em Angola:

- a) Esta operação não é uma aquisição intracomunitária, pelo que não deverá ser relevada na declaração periódica de IVA, nem será de relevar na declaração recapitulativa. Não haverá, pois, incidência deste imposto em Portugal.*
- b) Esta operação é uma aquisição intracomunitária, pelo que deverá ser relevada na declaração periódica de IVA e na declaração recapitulativa da Loja das Facas, Lda.*
- c) Deverá liquidar IVA nas faturas emitidas ao cliente angolano, deduzindo a montante o IVA debitado pelo fornecedor alemão.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Questão 26.

Uma sociedade que vende imóveis a particulares, em relação a estas vendas:

- a) Não pode renunciar à isenção de IVA.
- b) Pode renunciar à isenção de IVA, mas não tem qualquer vantagem nessa renúncia.
- c) Pode renunciar à isenção de IVA, tendo vantagem em fazê-lo se não baixar o preço de venda dos imóveis.
- d) Só pode renunciar à isenção de IVA se mantiver o preço de venda dos imóveis.

Questão 27.:

No passado dia 5, a Sociedade Alfa, S.A., com sede em Lisboa, vendeu uma máquina a um seu cliente, sendo feita a entrega da mesma a este nessa data. Entretanto, a factura correspondente só hoje foi emitida.

O IVA tornou-se exigível:

- a) Em 5 de maio.
- b) Em 10 de maio.
- c) Em 12 de maio.
- d) Hoje.

Questão 28.:

Em 1 de março de 2014, a Sociedade Beta, Lda, celebrou um contrato de locação financeira de uma viatura, no valor de 30.000 €, destinada a uso pessoal do seu director financeiro, Dr. Adriano Almeida, no âmbito de acordo escrito com este celebrado e que de imediato entrou em vigor.

Tendo o contrato de trabalho que ligava o Dr. Adriano Almeida à Sociedade Beta, Lda, cessado, por mútuo acordo, em 31 de Outubro de 2014, altura em que deixou de usar a referida viatura, o rendimento tributável em IRS, em 2014, do Dr. Adriano Almeida, relativo à utilização pessoal da viatura foi de:

- a) Zero, pois o uso da viatura foi feito no âmbito de acordo escrito.
- b) 1.800,00 €.
- c) 6.000,00 €.
- d) 7.500,00 €.

Questão 29.:

No ano de 2013, a Sociedade Gama, S.A. apurou prejuízo fiscal reportável em sede de IRC no valor de 55.000 €.

A estrutura accionista (coincidente com os direitos de voto) da sociedade desde a sua constituição e durante todo o ano de 2013 era a seguinte:

Sr. José Costa: 60%

Sr. João Ribeiro: 25%

Sr. Vítor Reis: 15%

Durante o ano de 2014, perdeu o direito ao reporte daquele prejuízo. Tal poderá ter acontecido em resultado de:

- a) O Sr. José Costa ter doado as suas acções ao seu único filho, o Sr. Miguel Costa.
- b) Alteração do objecto social da sociedade.
- c) O Sr. José Costa ter alienado as suas acções ao Sr. João Ribeiro.
- d) O volume de negócios ter ultrapassado 1.000.000 €.

Questão 30.:

Uma sociedade por quotas cujo capital é detido durante todo o ano por três engenheiros e três arquitectos e cujo objecto social único é o exercício de actividades profissionais levadas a cabo pelos seis sócios:

- a) Fica obrigatoriamente abrangida pelo regime de transparência fiscal.
- b) Não fica abrangida pelo regime de transparência fiscal.
- c) Por opção, pode ficar abrangida pelo regime de transparência fiscal.
- d) Só fica abrangida pelo regime de transparência fiscal se os sócios exercerem a sua actividade exclusivamente através da sociedade.

Questão 31.:

Em nenhuma circunstância podem constituir um grupo tributado ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS):

- a) As sociedades que apenas apresentem gastos, na medida em que estão inactivas.
- b) As sociedades dominadas que apurem prejuízo fiscal nos últimos três exercícios económicos.
- c) As sociedades dominadas detidas directa ou indirectamente em menos de 75% (correspondente a 70% dos direitos de voto).
- d) As sociedades dominantes que apurem prejuízo contabilístico nos últimos três exercícios económicos.

Questão 32.:

Estão sujeitos a tributação autónoma em IRC os gastos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros:

- a) Apenas os gastos fiscalmente aceites.
- b) Apenas os gastos fiscalmente não aceites.
- c) Todos os gastos, sejam ou não fiscalmente aceites.
- d) Nenhum dos gastos.

Exame Janeiro'2015

A TIMT Distribuição, S.A. é uma empresa com atividade de exportação e em 2014 manteve arrendado um imóvel por € 3.000 mensais para ser habitado nesse ano pelo Dr. Samuel, um dos seus administradores.

QUESTÃO 2.:

Em sede de IRS, a renda da casa habitada pelo administrador da TIMT Distribuição, S.A. que esta sociedade pagou em 2014 é:

- a) Um rendimento em espécie tributado em IRS na esfera do Dr. Samuel.*
- b) Sujeita a retenção na fonte, apesar de ser considerada uma retribuição em espécie ao administrador.*
- c) Uma remuneração que não deve constar da DMR - Declaração mensal de remunerações.*
- d) Uma remuneração em espécie tributada a uma taxa liberatória.*

O TOC Domingos Marques é sócio de uma sociedade de profissionais de contabilidade enquadrada no regime da transparência fiscal.

QUESTÃO 7.:

As sociedades sujeitas ao regime de transparência fiscal:

- a) Estão sujeitas aos pagamentos por conta de IRC.*
- b) Estão dispensadas de efetuar os pagamentos especiais por conta.*
- c) Estão obrigadas a autoliquidar IRC mas não a preencher a 'Modelo 22'.*
- d) Estão dispensadas de submeter a IES.*

Todos os anos, a TOC da TIMT, Lda. tem preenchido a declaração Modelo 3 de IRS do António Alves, administrador não remunerado da TIMT Produção, S.A. que se desloca com frequência em trabalho da empresa e recebe, nesse âmbito, ajudas de custo.

QUESTÃO 14.:

As ajudas de custo relativas a deslocações ao serviço da TIMT Produção, S.A. efetuadas pelo Senhor António Alves em 2014 ao serviço desta sociedade:

- a) Estão isentas de IRS, mas sujeitas a quotizações para a segurança social.*
- b) Estão isentas de quotizações para a segurança social, mas sujeitas e não isentas de IRS.*
- c) Estão sujeitas a IRS – categoria A e também a quotizações para a segurança social quando ultrapassem os limites legalmente estabelecidos.*
- d) Estão isentas de IRS e também estão isentas de quotizações para a segurança social.*

QUESTÃO 21.:

Relativamente ao IVA suportado nas portagens em 2014, a TIMT, Lda.:

- a) Não poderá deduzir o IVA.*
- b) Poderá deduzir metade do IVA.*
- c) Poderá deduzir o IVA na totalidade.*
- d) Apenas poderá deduzir o IVA relativo a faturas cuja data se refira a dias úteis.*

O gerente da TIMT, Lda. emprestou € 25.000 à sociedade, a título de suprimentos, em maio de 2014, tendo sido fixado um prazo de reembolso de dois anos irrevogável e juros a vencer anualmente à taxa de 1,5 por cento ao ano.

QUESTÃO 22.:

Os juros de suprimentos:

- a) *São isentos de imposto do selo e há dispensa de retenção na fonte de IRS.*
- b) *São sujeitos ao pagamento de imposto do selo à taxa de 0,05% e a retenção na fonte à taxa de 25%.*
- c) *São isentos de imposto do selo, mas não se dispensa a retenção na fonte de imposto sobre o rendimento.*
- d) *Nenhuma das anteriores.*

Pretendendo usufruir do regime de dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR), a TIMT, Lda. está ciente de que podem usufruir desse regime os sujeitos passivos de IRC residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, que sejam micro, pequenas e médias empresas, consideradas como tal nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.

QUESTÃO 23.:

A respeito do DLRR, o TOC da TIMT, Lda. esclareceu que um sujeito passivo poderá deduzir à coleta do IRC, nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014 até 10 por cento dos lucros retidos desde que:

- a) *Sejam reinvestidos em aplicações relevantes, no prazo de quatro anos contada a partir do final do período de tributação a que correspondam os lucros retidos.*
- b) *Os sujeitos passivos que beneficiem da DLRR procedam à constituição, no balanço, de reserva especial correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos.*
- c) *O valor da dedução à coleta, e não o valor da reserva, seja reinvestido até 2016.*
- d) *Todas as anteriores.*

Questão 26.:

Pode estar sujeita a IMT:

- a) A aquisição de ações, quando respeitem a sociedades que possuam bens imóveis, e quando por aquela aquisição, o capital passe a ser detido em 90 por cento por um só acionista.
- b) A doação de um imóvel.
- c) A promessa de aquisição e de alienação de um terreno para construção, em que se verifica a tradição do imóvel para o promitente adquirente.
- d) Todas as alíneas anteriores estão corretas.

Questão 27.:

A sociedade Gudiar, S.A., que se dedica ao comércio de calçado, detém uma viatura ligeira de passageiros, relativamente à qual incorreu nos seguintes gastos contabilísticos:

Viatura	Montante
Depreciação (25% x custo de aquisição de € 50.000)	€ 12.500
Combustível	€ 2.000
Imposto	€ 150
Seguro	€ 500

A empresa apresentou um prejuízo fiscal de € 200.000,00 em 2014. O valor de tributação autónoma a suportar relativamente a este ano é de:

- a) € 5.302,50.
- b) € 6.817,50.
- c) € 4.005,00.
- d) Estão erradas todas as alíneas anteriores.

Questão 28.:

O IVA suportado na aquisição de gasolina para consumo na viatura ligeira de passageiros de serviço de uma empresa metalúrgica:

- a) Nunca é dedutível.
- b) É sempre dedutível.
- c) Só seria dedutível se respeitasse a uma viatura de turismo.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 29.:

O Banco do Norte, com sede no Porto, vai recorrer aos serviços de uma empresa norte-americana para reformular todo o seu sistema informático. Para o efeito, essa empresa fará deslocar a Portugal dois dos seus técnicos mais habilitados.

No domínio da tributação do rendimento e ignorando o conteúdo da Convenção celebrada entre Portugal e os Estados Unidos da América para evitar a dupla tributação, o rendimento da sociedade norte-americana:

- a) É tributado em Portugal.
- b) Embora não sendo tributado em Portugal, está sujeito a retenção na fonte.
- c) Não é tributado em Portugal.
- d) É tributado em Portugal, não estando sujeito a retenção na fonte.

Questão 30.:

Uma empresa portuguesa descobriu um novo processo de fabrico de um produto, que comercializou. Estará a venda do segredo desse processo a uma outra empresa portuguesa sujeita a IVA?

- a) Sim, por se tratar de uma transmissão de bens.
- b) Sim, por se tratar de uma prestação de serviços.
- c) Não, por não se tratar de uma transmissão de bens nem de uma prestação de serviços.
- d) Não, por se tratar de operação isenta.

Questão 31.:

Ignorando o conteúdo das convenções celebradas por Portugal com vista a evitar a dupla tributação internacional, os rendimentos considerados obtidos em território português estão sujeitos a IRS:

- a) Apenas se o titular desses rendimentos for residente em Portugal.
- b) Apenas se o titular desses rendimentos for português.
- c) Qualquer que seja a nacionalidade do titular desses rendimentos.
- d) Qualquer que seja a nacionalidade do titular desses rendimentos, mas apenas se ele residir em Portugal.

Questão 32.:

Em 1 de março de 2014, a Sociedade Beta, Lda. celebrou um contrato de locação financeira de uma viatura, no valor de € 30 000,00, destinada a uso pessoal do seu director financeiro, Dr. Adriano Almeida, no âmbito de um acordo escrito com ele celebrado e que de imediato entrou em vigor.

O contrato de trabalho que ligava o Dr. Adriano Almeida à Sociedade Beta, Lda. cessou, por mútuo acordo, em 31 de outubro de 2014, altura em que ele deixou de utilizar a viatura referida. Assim, o rendimento tributável em IRS, em 2014, do Dr. Adriano Almeida, relativo à utilização pessoal da viatura foi de:

- a) Zero, pois o uso da viatura foi feito no âmbito de acordo escrito.
- b) € 1.800.
- c) € 6.000.
- d) € 7.500.

Exame Out'2014

Enquanto estava reunido com Bernardo e Pedro, Luís recebeu um telefonema de um cliente, a pedir-lhe um esclarecimento em sede de IRS: queria saber qual a situação tributária decorrente de ter recebido em 2014 uma indemnização por acidente de trabalho, não remível, que ascendeu a €80.000.

QUESTÃO 6.:

A referida indemnização que o cliente de Luís recebeu em 2014:

- a) *Por ter sido recebida de uma única vez, a indemnização terá de ser declarada embora não esteja sujeita a IRS.*
- b) *Não está sujeita a IRS, nem tem de ser declarada.*
- c) *Se fosse uma renda vitalícia recebida mensalmente, a indemnização seria considerada um rendimento da categoria F.*
- d) *Nenhuma das anteriores.*

A incorporação dos terrenos no património da BP-Ski & Wake,Lda suscitou algumas questões de natureza fiscal.

QUESTÃO 9.:

O aumento de capital por entradas em espécie realizado com a incorporação dos terrenos a BP-Ski & Wake, Lda teve de pagar IMT no valor de:

- a) €26.000.
- b) €27.300.
- c) €24.000.
- d) €42.000.

QUESTÃO 10.:

Os sócios da BP-Ski & Wake, Lda, no que respeita à transmissão dos terrenos incorporados no capital social da empresa:

- a) *Não estão sujeitos a qualquer tributação em sede de IRS, pois não realizaram qualquer mais valia, na medida em que receberam quotas sociais em contrapartida dos terrenos cedidos.*
- b) *Poderão estar sujeitos a mais valias em sede de IRS se o valor de aquisição de cada terreno, multiplicado pelo coeficiente de actualização, for inferior ao valor pelo qual foi avaliado na realização do aumento do capital social da BP-Ski & Wake, Lda.*
- c) *Não estão sujeitos a qualquer tributação em sede de IRS, pois cada sócio ficou titular de uma quota que representa 50 por cento do capital da BP-Ski & Wake,Lda.*
- d) *Nenhuma das anteriores.*

Logo após a transferência dos terrenos para a BP-Ski & Wake,Lda, iniciaram-se os trabalhos de movimentação de terras com vista à construção dos lagos, operação que está orçamentada em €100.000 e que foi adjudicada à ConstroiTudo-Construção Civil e Obras Públicas, Lda. Com a adjudicação dos trabalhos foi pago um adiantamento no montante de 30 por cento do valor orçamentado, sendo os restantes 70 por cento pagos 30 dias após a respetiva conclusão.

QUESTÃO 11.:

Relativamente ao adiantamento pago pela BP-Ski & Wake, Lda à ConstroiTudo, Lda:

- a) *Não há lugar à liquidação de IVA, pois trata-se de um adiantamento e o IVA só será devido com a emissão da factura final após a conclusão da obra.*
- b) *Há lugar à liquidação de IVA, devendo essa liquidação ser feita pela ConstroiTudo, Lda.*
- c) *Há lugar à liquidação de IVA, devendo essa liquidação ser feita pela BP-Ski & Wake,Lda.*
- d) *Nenhuma das anteriores.*

Os atletas estrangeiros que exibiram os dotes profissionais na festa de Inauguração BP-Ski & Wake,Lda receberam também um “cachet” pela participação no evento no valor de €1.000 cada um, não tendo acionado as Convenções com vista a evitar a dupla tributação.

QUESTÃO 13.:

Quando pagou o “cachet” de participação a cada atleta estrangeiro, a BP-Ski & Wake,Lda:

- a) *Deve ter efetuado retenção na fonte de IRS à taxa de 25%.*
- b) *Não deve ter efetuado retenção na fonte de IRS.*
- c) *Deve ter efetuado retenção na fonte de IRS à taxa de 28%.*
- d) *Deve ter efetuado retenção na fonte de IRS à taxa de 20%.*

Para poder iniciar a atividade, a BP – Ski & Wake, Lda adquiriu ao – Centro Náutico do Sado – empresa que comercializa, aluga e presta assistência a barcos de recreio – dois barcos: um novo e outro usado, este que havia estado afeto à atividade de aluguer.

Questão 14.:

Relativamente ao barco usado que a BP – Ski & Wake, Lda adquiriu, o Centro Náutico do Sado:

- a) Não deverá ter liquidação IVA nesta transação.*
- b) Deverá ter liquidação IVA sobre o preço total de venda.*
- c) Deverá ter liquidação IVA sobre a margem que obteve nesta transação.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Bernardo e Pedro pretendem esclarecer alguns aspetos fiscais relacionados com a aquisição dos barcos.

Questão 15.:

Relativamente ao IVA suportado pela BP – Ski & Wake, Lda na aquisição dos barcos, a empresa:

- a) Não poderá deduzir o IVA, pois trata-se de barcos de recreio.*
- b) Poderá deduzir o IVA, mas só depois de ter solicitado e obtido autorização do Director-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.*
- c) Poderá deduzir o IVA.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Também em junho de 2014, a BP – Ski & Wake, Lda entregou um donativo no valor de €200, a uma IPSS de Palmela que tem um jardim-de-infância, montante que representará menos de 0,001 do volume de negócios da BP – Ski & Wake, Lda neste ano.

QUESTÃO 16.:

O donativo efectuado pela BP – Ski & Wake, Lda à IPSS é considerado gasto fiscal em:

- a) €200.*
- b) €280.*
- c) €285 .*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Luís reparou que Bernardo é titular de um crédito sobre a BP – Ski & Wake, Lda no montante de €20.000 e foi informado que esse crédito deverá ser liquidado até ao final de Novembro de 2014.

QUESTÃO 19.:

Relativamente ao crédito de Bernardo sobre a BP-Ski & Wake, Lda:

- a) Não há lugar ao pagamento de imposto do selo.*
- b) Há lugar ao pagamento de imposto do selo à taxa de 0,04%, sendo este pagamento de responsabilidade de Bernardo.*
- c) Há lugar ao pagamento de imposto do selo à taxa de 0,05%, sendo este pagamento de responsabilidade da BP – Ski & Wake, Lda.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Questão 26.:

A ordem prevista na lei para se efectuar a dedução de prejuízos fiscais em IRC é:

- a) A ordem cronológica directa do apuramento dos prejuízos.
- b) A ordem cronológica inversa do apuramento dos prejuízos.
- c) A ordem que for escolhida pelo sujeito passivo.
- d) A ordem que permitir o benefício máximo para o sujeito passivo.

Questão 27.:

Para efeitos de apuramento do lucro tributável em IRC:

- a) Todos os gastos são relevantes, desde que contabilizados.
- b) Apenas são relevantes os gastos de que tenham resultado rendimentos para o sujeito passivo.
- c) Só são relevantes os gastos considerados indispensáveis pela Administração Fiscal.
- d) Só são relevantes os gastos necessários para obter ou garantir os rendimentos sujeitos a IRC.

Questão 28.:

O Sr. João Silveira cedeu um espaço no logradouro da sua vivenda onde reside para que uma empresa fizesse uma exposição de automóveis antigos.

O dinheiro que recebeu pela cedência constitui rendimento da categoria:

- a) B.
- b) E.
- c) F.
- d) G.

Questão 29.:

No caso de renúncia à isenção no sector imobiliário, o IVA é liquidado pelo adquirente/locatário:

- a) No caso de compra e venda do imóvel.
- b) No caso de arrendamento do imóvel.
- c) Quer no caso de compra e venda, quer no caso de arrendamento do imóvel.
- d) Em caso nenhum.

Questão 30.:

O IMI pago por uma pessoa singular relativamente a um imóvel de que é proprietária:

- a) É dedutível à colecta do IRS.
- b) É dedutível no cálculo da eventual mais-valia que obtenha no caso de venda do imóvel.
- c) Não tem qualquer relevância na liquidação de IRS.
- d) Constitui dedução específica da categoria F no caso de o imóvel estar arrendado.

Questão 31.:

Uma empresa portuguesa descobriu um novo processo de fabrico de um produto, que comercializou.

Na venda do segredo de tal novo processo a uma outra empresa portuguesa, haverá que liquidar IVA?

- a) Sim, por se tratar de uma transmissão de bens.
- b) Sim, por se tratar de uma prestação de serviços.
- c) Não, por não se tratar de uma transmissão de bens nem de uma prestação de serviços.
- d) Não, por se tratar de operação isenta.

Questão 32.:

A Sociedade Jota, Lda, vendeu mercadorias à Sociedade Eme, Lda., constando o seguinte da factura que emitiu (em euros):

Mercadorias	100.000,00
Abatimento de revenda	20.000,00
	80.000,00
Desconto de pronto pagamento	4.000,00
	76.000,00

Estando a mercadoria sujeita a uma taxa de IVA de 23%, o montante do IVA liquidado na factura terá sido de:

- a) €17.480,00.
- b) €18.400,00.
- c) €23.000,00.
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 33.:

Em sede de IRS, os rendimentos de capitais obtidos por residentes:

- a) Estão sujeitos a englobamento.
- b) São tributados a taxas liberatórias.
- c) São sempre englobáveis, seja por opção, seja por imposição.
- d) Só são englobáveis por opção dos sujeitos passivos.

Exame Maio'2014

A SinalSeg, Lda. celebrou uma escritura notarial em março de 2014, através da qual adquiriu por usucapião um terreno situado nos arredores de Leiria, que não constava do ativo da

empresa. O terreno foi nessa altura contabilizado na SinalSeg, Lda. a débito da conta 453 *Ativos fixos tangíveis em curso*, pois é intenção da Gerência aí construir um novo armazém.

QUESTÃO 6.:

A aquisição pela SinalSeg, Lda. por usucapião e por escritura pública está:

- a) Sujeita a tributação em imposto do selo, à taxa de 0,8%.*
- b) Sujeita a tributação em imposto do selo, à taxa de 10%.*
- c) Sujeita e não isenta de imposto do selo, à taxa de 10,8%.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Os Gerentes referiram ao TOC ser sua intenção ceder-lhe, a título pessoal, uma participação no capital da empresa, correspondente a 5% do capital social, pelo valor simbólico de um euro. Seria ainda convidado para assumir funções de Gerente, ficando também com a responsabilidade da Direção Financeira da empresa.

QUESTÃO 8.:

Caso o TOC Dr. Luis Sousa aceite a proposta de comprar 5% do capital social da SinalSeg, Lda. pelo valor simbólico de um euro, para efeitos de IRS:

- a) Fica sujeito a IRS, respeitante ao ano da aquisição, incidindo sobre a diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal da participação.*
- b) Apenas fica sujeito a IRS caso venda a participação e apenas se o valor de venda for inferior ao respetivo valor nominal.*
- c) Ficará sujeito a IRS apenas e quando vier a alienar a participação e apenas se obtiver uma mais-valia nessa alienação.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Os gerentes da SinalSeg, Lda. conhecem relativamente bem a Sinal Negativo, Lda. e sabem que esta empresa tem no seu património alguns lotes de terreno sitos na Zona Industrial de Leiria, além das instalações da fábrica. Todavia, todos os imóveis estão hipotecados a um banco, para garantir um financiamento concedido à empresa.

QUESTÃO 20.:

Se ocorrer a fusão por incorporação da Sinal Negativo, Lda na SinalSeg, Lda.:

- a) Haverá lugar ao pagamento de IMT, calculado com base no valor escriturado de cada um dos imóveis detidos pela Sinal Negativo, Lda..*
- b) Haverá lugar ao pagamento de IMT, calculado com base no valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis detidos pela Sinal Negativo, Lda..*
- c) Haverá lugar ao pagamento de IMT, calculado com base no mais elevado de entre os valores atribuídos para efeitos da fusão ou os valores patrimoniais tributários de cada um dos imóveis detidos pela Sinal Negativo, Lda..*
- d) Não haverá lugar ao pagamento de IMT, dado que os imóveis estão hipotecados ao banco.*

QUESTÃO 23.:

Se o Dr. Luís Sousa e o filho, Pedro Sousa, ainda candidato a TOC, constituírem agora um gabinete de contabilidade, sob a forma de sociedade comercial por quotas, ficando cada um com uma quota de 50%.

- a) Esta sociedade será obrigatoriamente enquadrada no regime de transparência fiscal.*
- b) Esta sociedade não poderá ficar enquadrada no regime de transparência fiscal.*
- c) Esta sociedade poderá ficar enquadrada no regime de transparência fiscal, se a gerência optar por tal regime.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Questão 26.:

A Sociedade Minúscula, Lda. tem tido um volume de rendimentos inferior a €100.000 nos anos mais recentes, incluindo o de 2013. No princípio de 2014, apresentou declaração de alterações, exercendo a opção pelo regime simplificado de tributação criado através da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro.

- a) Face aos rendimentos declarados, não necessitava de exercer a opção pelo regime simplificado, pois cairia automaticamente nesse regime.
- b) Apesar de ter exercido essa opção, pode acabar por ser tributada pelo regime geral em 2014, se os rendimentos que vier a apurar neste ano ultrapassarem €200.000.
- c) Se em 2014 os seus rendimentos vierem a ultrapassar €200.000, será tributada nesse ano pelas regras do regime simplificado, passando para o regime geral apenas em 2015.
- d) Se em 2014 os seus rendimentos vierem a ultrapassar €200.000, continuará a ser tributada pelas regras do regime simplificado até 2016, pois é obrigatória a permanência neste regime durante três anos.

Questão 27.:

A Dra. Ana Rosa inscreveu-se recentemente como técnica oficial de contas na respetiva Ordem. Tendo em vista o exercício dessa atividade profissional, obteve a colaboração de vários familiares (três irmãos e três primos), nenhum deles técnico oficial de contas, que com ela constituíram uma sociedade por quotas com o capital de €35.000 (€5.000 de cada sócio), tendo como único objeto precisamente o exercício da referida atividade.

A sociedade em questão, no pressuposto de que exerça exclusivamente essa atividade e supondo a manutenção da estrutura societária inicial:

- a) Fica obrigatoriamente enquadrada pelo regime de transparência fiscal.
- b) Não fica enquadrada pelo regime de transparência fiscal.
- c) Só ficará enquadrada no regime de transparência fiscal no caso de opção expressa da sociedade por esse regime.
- d) Só ficará enquadrada no regime de transparência fiscal se os seus rendimentos ultrapassarem €200.000.

Questão 28.:

Uma sociedade enquadrada no regime simplificado:

- a) Está sujeita a derrama estadual.
- b) Pode reportar os seus prejuízos fiscais a lucros que possa vir a obter nos 12 anos seguintes.
- c) Não está sujeita a tributações autónomas.
- d) Não está sujeita a algumas das tributações autónomas previstas no Código do IRC.

Questão 29.:

A venda por parte de uma pessoa singular de uma casa que tinha herdado de um tio em 2002:

- a) Constitui rendimento da categoria G.
- b) Só constitui rendimento da categoria G se a casa se destinar a habitação própria e permanente.
- c) Constitui um ato isolado, enquadrado na categoria B.
- d) Não é tributada em IRS, por estar sujeita a imposto do selo.

Questão 30.:

Enquadra-se na categoria F do IRS o rendimento derivado de:

- a) Sublocação de um apartamento.
- b) Cessão da posição contratual em contrato de compra e venda de um imóvel.
- c) Cessão da posição contratual em contrato de arrendamento de um imóvel.
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 31.:

No cálculo da mais-valia apurada na venda de um imóvel herdado por uma dada pessoa singular, considera-se valor de aquisição:

- a) Zero.
- b) O valor declarado na relação de bens, se for superior ao valor patrimonial tributário.
- c) O valor patrimonial tributário do imóvel determinado nos termos do Código do IMI com referência à data do óbito.
- d) O valor patrimonial tributário do imóvel dois anos antes da data do óbito.

Questão 32.:

A Sociedade Alfa, Lda. adquiriu à Soveículos, S.A. uma viatura pesada de mercadorias por €100.000 (sem considerar o IVA).

Na troca, entregou uma viatura ligeira de passageiros que adquirira dois anos antes por €30.000 (IVA incluído e não dedutível), a que foi atribuído o valor de €18.000.

Para formalização deste negócio:

- a) A Soveículos, S.A. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €82.000.
- b) A Soveículos, S.A. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €100.000 e a Sociedade Alfa, Lda. deverá fazer uma fatura sem liquidação de IVA.
- c) A Soveículos, S.A. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €100.000 e a Sociedade Alfa, Lda. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €18.000.
- d) A Sociedade Alfa, Lda. deverá regularizar a favor do Estado parte do IVA que incidiu sobre a compra da viatura ligeira de passageiros que deu em troca à Soveículos, S.A..

Exame Fevereiro'2014

QUESTÃO 1.:

Na alienação do capital social da Têxtil Moderna, Lda. o pai de Caetano:

- a) *Obteve uma mais valia tributável em sede de IRS, cujo valor coincide com o valor de realização e está sujeita a tributação em IRS.*
- b) *Obteve uma menos valia dedutível em sede de IRS, cujo valor corresponde à diferença entre o valor de realização e o valor nominal.*
- c) *Obteve uma mais valia que está isenta de IRS nos termos do Estatuto dos Benefícios Fiscais.*
- d) *Nenhuma das anteriores.*

A Têxtil Moderna – Sociedade Unipessoal, Lda. é proprietária de uma pequena loja situada no centro da Covilhã, que funciona como *show room*. Essa loja foi adquirida nova em 2010 por 150.000 euros.

QUESTÃO 2.:

Em sede de IMT e em consequência da cessão de quotas:

- a) A Têxtil Moderna – Sociedade Unipessoal, Lda. (agora TecTecn, Lda.) está sujeita a IMT, sendo o pagamento do imposto de responsabilidade da empresa.*
- b) Os novos sócios da Têxtil Moderna – Sociedade Unipessoal, Lda. (agora TecTecn, Lda.) são solidariamente responsáveis pelo pagamento do IMT devido pela transmissão da totalidade do capital social da sociedade.*
- c) Não é devido qualquer imposto em consequência da transmissão do capital social da Têxtil Moderna – Sociedade Unipessoal, Lda. (agora TecTecn, Lda.).*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Por vezes essas subcontratações respeitavam a encomendas de empresas alemãs, para quem a Têxtil Moderna – Sociedade Unipessoal, Lda. trabalhava com frequência.

QUESTÃO 5.:

Os serviços prestados à Têxtil Moderna – Sociedade Unipessoal, Lda. pelas entidades subcontratadas no caso das encomendas destinadas a empresas alemãs:

- a) Podem estar isentos de IVA.*
- b) Estão sempre isentos de IVA.*
- c) Não estão sujeitos a IVA.*
- d) Podem não estar sujeitos a IVA.*

No âmbito de um conjunto de medidas introduzidas pelos novos sócios gerentes para criarem um novo espírito de equipa na empresa e com o objetivo de que os trabalhadores tenham práticas saudáveis e se sintam mais motivados no trabalho, a TecTecn, Lda. subsidiou a partir de janeiro de 2013 com € 15 por mês os colaboradores que pratiquem uma modalidade desportiva.

QUESTÃO 6.:

Os valores do subsídio para a prática de modalidade desportiva pelos trabalhadores da TecTecn, Lda. em 2013:

- a) Estão sujeito à tributação em IRS, apenas na parte que exceda o limite de isenção fixado para os funcionários públicos.*
- b) Deverão ser considerados rendimentos da categoria A (trabalho dependente) na totalidade e constar obrigatoriamente no recibo de vencimento.*
- c) Não constituem qualquer forma de remuneração e estão excluídos da tributação em IRS.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

QUESTÃO 7.:

Os gastos suportados pela TecTecn, Lda. referentes a despesas com práticas desportivas a favor dos trabalhadores, pagas em 2013:

- a) Podem ser aceites fiscalmente em sede de IRC, se cumprirem os requisitos das realizações de utilidade social previstas no CIRC.*
- b) Apenas podem ser aceites fiscalmente em sede de IRC se forem atribuídos e aceites por todos os trabalhadores.*
- c) Não podem ser aceites fiscalmente em sede de IRC se forem incluídas nos recibos de vencimento dos trabalhadores.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

QUESTÃO 11.:

No que respeita ao IVA liquidado pelo restaurante na operação de venda de água engarrafada à TecTecn, Lda., em Março de 2013:

- a) O restaurante deve ter liquidado IVA à taxa de 13%, pois as vendas de produtos para consumo fora do restaurante, seja qual for o produto, são tributáveis às taxas que intrinsecamente lhes respeitarem e deveria liquidar o IVA à taxa de 23%, apenas se a água engarrafada fosse para consumo no restaurante.**
- b) A água engarrafada é tributada à taxa de 13%, independentemente do local do consumo.**
- c) A água engarrafada é tributada à taxa de 23%, independentemente de ser consumida no restaurante ou levadas pelo cliente para consumir fora.**
- d) A venda de água engarrafada não está sujeita a IVA.**

Questão 26.:

Um dado técnico oficial de contas enquadrado no regime simplificado de tributação dos seus rendimentos optou pelo Regime de IVA de Caixa instituído através do Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio.

Relativamente aos rendimentos provenientes de clientes para os quais trabalha em regime de avença mensal:

- a) Continua a estar sujeito a IRS no momento em que está obrigado a emitir factura.
- b) Passa a estar sujeito a IRS no momento do recebimento das avenças.
- c) Passa a estar obrigatoriamente enquadrado no regime de contabilidade.
- d) Deixa de estar obrigado a fazer pagamentos por conta de IRS.

Questão 27.:

Beneficia de isenção de IMT:

- a) A venda de acções de sociedade que detenha bens imóveis.
- b) A venda de um terreno de um Pai a um Filho, para construção de habitação permanente deste.
- c) A aquisição de um imóvel por uma sociedade imobiliária, registado como propriedade de investimento.
- d) A compra de imóvel para revenda por empresa colectada pelo exercício dessa actividade.

Questão 28.:

Estão sujeitos a englobamento obrigatório, quando auferidos por sujeitos passivos de IRS, fora do exercício de actividades empresariais e profissionais, residentes em território nacional, os rendimentos correspondentes a:

- a) Mais-valias na alienação de imóveis.
- b) Mais-valias na alienação de quotas.
- c) Juros de suprimentos.
- d) Lucros distribuídos por uma sociedade anónima.

Questão 29.:

No ano de 2012, a Sociedade Lama, S.A. efectuou quotizações no montante de €5.000 a favor de uma associação empresarial, em conformidade com os estatutos. No mesmo ano, a referida sociedade apresentou um volume de negócios de €3.500.000 e prejuízo fiscal de €2.000. Em matéria de IRC:

- a) O gasto referente às quotizações não é aceite para a determinação do lucro tributável.
- b) O gasto referente às quotizações é aceite na totalidade, sendo concretizada ainda uma dedução de € 2.500.
- c) O gasto referente às quotizações é aceite na totalidade, sendo concretizada ainda uma dedução de € 2.000.
- d) O gasto referente às quotizações é aceite na totalidade, mas não haverá lugar a qualquer majoração.

Questão 30.:

É aplicável o método das quotas decrescentes:

- a) A viaturas ligeiras de passageiros, desde que o seu valor de aquisição seja inferior a dada quantia.
- b) A uma viatura pesada de passageiros adquirida por uma empresa de transportes de passageiros a uma sociedade que a utilizava para transportar pessoal.
- c) A um edifício em que está instalado um hotel.
- d) A uma viatura pesada de mercadorias adquirida nova.

Questão 31.:

Em IRC, de acordo com a legislação em vigor, as gratificações por aplicação de resultados contabilizadas como gastos no período de tributação a que esses resultados respeitam e pagas até ao final do ano seguinte:

- a) Não são aceites como gastos.
- b) São aceites como gastos do período de tributação em que forem atribuídas.
- c) São aceites como gastos do período de tributação a que se refere o resultado em que participam.
- d) São aceites como variações patrimoniais negativas do período de tributação em que forem atribuídas.

Questão 32.:

É admitida, para efeitos fiscais, a constituição de perda por imparidade, em relação à totalidade ou a parte do valor do crédito, relativamente a:

- a) Crédito por empréstimo a um empregado que foi despedido e de quem se desconhece o paradeiro.
- b) Crédito sobre um sócio respeitante a compras de mercadorias por ele feitas e contra o qual corre em tribunal um processo de insolvência.
- c) Crédito sobre um cliente que está em mora há quatro meses.
- d) Crédito sobre um fornecedor, relativo a um adiantamento que lhe foi feito, e que ainda não foi objeto de acção judicial.

Exame Out'2013

QUESTÃO 1.:

Na alienação das acções que detinha à Ideias & Ideias SA, Luis Silva:

- a) *Obteve uma mais valia tributável em sede de IRS, cujo valor coincide com o valor de realização e está sujeita a tributação em IRS.*
- b) *Obteve uma mais valia que está isenta de IRS porque as acções foram recebidas em doação.*
- c) *Obteve uma mais valia que está isenta de IRS nos termos do Estatuto dos Benefícios Fiscais.*
- d) *Nenhuma das anteriores.*

QUESTÃO 2.:

O valor do subsídio de refeição auferido mensalmente por cada um dos três administradores da Ideias & Ideias SA em 2013:

- a) Está sujeito à tributação em IRS, apenas na parte que excede a importância fixada para os servidores do Estado e está também sujeito a contribuições para a segurança social nas mesmas condições e limites.*
- b) Está isento de IRS apenas na parte que excede o limite fixado para os servidores do Estado.*
- c) Não está sujeito a qualquer tributação em IRS nem a descontos para a segurança social.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Parte dos trabalhos produzidos pela participada angolana são subcontratados à Ideias & Ideias, cujos colaboradores os efetuam nas instalações de Lisboa desta sociedade. Quando a realização desses trabalhos implica a produção de suportes físicos (cartazes, Mupis-Mobiliário urbano para informação e outros), a Ideias & Ideias contrata os serviços de um despachante oficial e envia esses materiais para Angola.

QUESTÃO 8.:

Em sede de IVA, quando a Ideias & Ideias fatura os cartazes e os Mupis à participada angolana:

- a) Não deve liquidar IVA, pois trata-se de uma operação não sujeita deste imposto.*
- b) Não deve liquidar IVA, pois trata-se de uma operação isenta deste imposto.*
- c) Deve liquidar IVA à taxa de 23%, mas apenas incidente sobre os suportes físicos produzidos e enviados para Angola.*
- d) Deve liquidar IVA à taxa de 23%, mas apenas incidente sobre os serviços prestados.*

Em 2013, apareceu efetivamente uma empresa de Aveiro interessada em adquirir a impressora antiga, tendo-se o negócio sido fechado por €90.000.

QUESTÃO 15.:

Na operação de alienação da velha impressora, a Ideias & Ideias:

- a) Não deve liquidar IVA, pois trata-se da alienação de um equipamento usado.*
- b) Não deve liquidar IVA, por se tratar da alienação de um equipamento adquirido em Espanha e por isso a compra não esteve sujeita a IVA em Portugal.*
- c) Deve liquidar IVA à taxa de 23%.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

O Dr. Augusto Madureira, o TDC da Ideias & Ideias, ao conhecer os pormenores relativos a estas transações, verificou que em 2013 a empresa obteve uma mais valia fiscal na alienação desta impressora.

QUESTÃO 16.:

A mais valia fiscal obtida pela Ideias & Ideias na alienação da impressora usada:

- a) Não concorre para a formação do lucro tributável, pois verificou-se o reinvestimento da totalidade do valor de alienação.*
- b) Não concorre para a formação do lucro tributável se houver uma coincidência entre as mais valias contabilística e fiscal.*
- c) Concorre na íntegra para a formação do lucro tributável, se não se declarar pretender reinvestir o valor da realização.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Questão 26.:

Para que haja lugar a sujeição a IMT em caso de celebração de um contrato promessa de compra e venda de um imóvel:

- a) É necessário que o preço tenha sido integralmente pago pelo promitente-comprador.
- b) É suficiente que tenha havido um sinal pago pelo promitente-comprador.
- c) É suficiente que tenha havido tradição ou posse do imóvel.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 27.:

É aplicável, para efeitos fiscais, o método das quotas decrescentes a:

- a) Edifícios qualificáveis como ativos fixos tangíveis.
- b) Edifícios qualificáveis como propriedades de investimento.
- c) Equipamentos fabris adquiridos em regime de locação financeira.
- d) Marcas e patentes.

Questão 28.:

O Imposto do Selo incide sobre:

- a) Aquisição de viatura ligeira.
- b) Aumento de capital em numerário.
- c) Aumento de capital em espécie com ações de outra sociedade.
- d) Aquisição de imóvel.

Questão 29.:

Tendo em vista a identificação do custo de aquisição de ações com o propósito de apurar mais-valias fiscais na respetiva alienação em 2013, o critério aplicável é:

- a) O FIFO, quer em relação a pessoas singulares, quer em relação a pessoas coletivas.
- b) O FIFO em relação a pessoas singulares e qualquer critério de custos históricos para as pessoas coletivas.
- c) O custo médio.
- d) O FIFO em relação a pessoas singulares e o custo médio em relação a pessoas coletivas.

Questão 30.:

Estão sujeitos ao regime de mais-valias em sede de IRC os resultados decorrentes:

- a) Da entrega pelo locatário ao locador dos bens objecto de locação financeira.
- b) Da promessa de compra e venda ou de troca, logo que verificada a tradição dos bens.
- c) Da venda de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 18.º do Código do IRC.
- d) Da venda de ativos biológicos consumíveis.

Questão 31.:

O benefício à criação de emprego em sede de IRC traduz-se:

- a) Numa dedução à coleta.
- b) Numa dedução à matéria coletável.
- c) Na majoração de encargos em 50%.
- d) Na majoração de encargos em 150%.

Questão 32.:

A SOCIEDADE SHOES, LDA. dedica-se exclusivamente à venda de sapatos, tendo apurado prejuízo fiscal em IRC.

A tributação autónoma suportada por esta sociedade incide sobre:

- a) Ajudas de custo faturadas aos seus clientes.
- b) Encargos não dedutíveis referentes a despesas de representação.
- c) Despesas não devidamente documentadas.
- d) Encargos não dedutíveis referentes a viaturas ligeiras de passageiros usadas para visitar clientes.

Exame Junho'2013

Um fator que distingue os brinquedos que a AMC Brinquedos, Lda. fabrica e vende é terem as instruções em várias línguas e serem fabricados de acordo com as mais exigentes normas de segurança, aspectos que permitiram abrir campo às exportações, quer para os PALOP, quer para a América do Sul.

QUESTÃO 2.:

Nas exportações de brinquedos para a Argentina, a AMC Brinquedos, Lda:

- a) Deverá liquidar IVA à taxa de 23%.*
- b) Não deve liquidar IVA, pois trata-se de uma operação não sujeita.*
- c) Não deve liquidar IVA, pois trata-se de uma operação isenta.*
- d) Deve liquidar IVA nos brinquedos de valor de venda superior a €50.*

Todos os anos, na assembleia geral anual da AMC Brinquedos, Lda., tem sido deliberado distribuir aos sócios metade dos lucros obtidos no exercício anterior.

QUESTÃO 4.:

Os lucros da AMC Brinquedos, Lda. distribuídos aos sócios em 2013 e respeitantes ao exercício de 2012:

- a) Estão sujeitos a retenção na fonte de IRS à taxa de 28%.*
- b) Estão isentos de IRS na parte relativa aos lucros gerados pelas exportações, conforme determina o Estatuto dos Benefícios Fiscais.*
- c) Não estão sujeitos a retenção na fonte, na parte respeitante a Maria del Carmen, porque ela tem nacionalidade espanhola.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

António e Maria del Carmen têm um filho: o João. O João é estudante de Gestão de Empresas e vive com os pais. João não auferiu quaisquer rendimentos de trabalho em 2012, nem nos anos anteriores, embora passe cerca de três horas por dia ajudando em tarefas diversas na empresa familiar de que muito se orgulha. António está a ponderar a entrada do filho João no capital social da AMC Brinquedos, Lda. ainda durante 2013, com vista a envolvê-lo mais profundamente nos negócios e a motivá-lo para dar continuidade a este negócio familiar. Uma possibilidade será a AMC Brinquedos, Lda. vender-lhe a quota própria que actualmente detém em carteira, pelo respectivo valor nominal.

QUESTÃO 6.:

Caso se concretize, em 2013, a venda pela AMC Brinquedos, Lda. da quota própria a João pelo respectivo valor nominal, a menos valia apurada nesta operação:

- a) Constituirá um rendimento que contribuirá para o lucro tributável.*
- b) Será uma variação patrimonial positiva não tributável.*
- c) Será uma variação patrimonial negativa não aceite na determinação do lucro tributável.*
- d) Nenhuma das anteriores.*

Em alternativa à venda da quota própria, António e Maria del Carmen estão a considerar a hipótese de doarem a João parte das suas próprias quotas (doando 5 % do capital social, cada um), que detêm desde a constituição da empresa, em 1987.

QUESTÃO 7.:

A doação em 2013 por António e Maria del Carmen a João de parte das suas quotas na AMC Brinquedos, Lda.:

- a) *Está sujeita a IRS, para o casal António e Maria del Carmen.*
- b) *Está sujeita a IRS, para o João.*
- c) *Está sujeita a imposto do selo, o qual deverá ser suportado pelo João.*
- d) *Está isenta de imposto do selo.*

A AMC Brinquedos, Lda., num dos negócios que efectuou de compra de direitos de utilização das “fontes” (código de programação) de jogos já existentes, no caso com uma empresa sediada nos Estados Unidos da América (EUA), comprometeu-se também a pagar *royalties* de USD 10 por cada unidade vendida, valor que deverá começar a pagar já em 2013, com a venda das primeiras unidades.

QUESTÃO 10.:

Relativamente aos royalties a pagar à empresa com sede nos EUA e desde que accionada a Convenção para evitar a dupla tributação celebrada entre Portugal e os EUA, a AMC Brinquedos, Lda.:

- a) *Deverá efectuar retenção na fonte de IRC à taxa de 28%.*
- b) *Deverá efectuar retenção na fonte de IRC à taxa de 10%.*
- c) *Deverá efectuar retenção na fonte de IRC à taxa de 15%.*
- d) *Não deverá efectuar qualquer retenção na fonte.*

QUESTÃO 11.:

Relativamente à cedência do direito de fabricação e comercialização de cinco brinquedos pelo prazo de cinco anos, que foi facturada pela AMC Brinquedos, Lda. por €50.000 em fevereiro de 2013:

- a) *A AMC Brinquedos, Lda. deverá liquidar o IVA à taxa de 23%.*
- b) *A empresa polaca deverá liquidar IVA à taxa em vigor na Polónia, o qual será dedutível pela AMC Brinquedos, Lda..*
- c) *A empresa polaca deverá liquidar IVA à taxa em vigor na Polónia.*
- d) *A operação está isenta de IVA.*

Questão 26.:

Em sede de IVA:

- a) As transmissões de bens e prestações de serviços gratuitas podem ser tributadas.
- b) As transmissões de bens e prestações de serviços gratuitas nunca podem ser tributadas.
- c) Só as doações é que não são tributadas.
- d) Só as transmissões por morte é que não são tributadas.

Questão 27.:

A quebra de cotação, na Bolsa, de acções detidas por um sujeito passivo de IRC:

- a) É irrelevante, para efeitos fiscais, uma vez que se trata de uma perda potencial.
- b) Pode ser relevante, para efeitos fiscais, na sua totalidade.
- c) Pode ser relevante, para efeitos fiscais, em 50% do seu valor.
- d) É sempre relevante, para efeitos fiscais, na sua totalidade, a não ser que existam prejuízos fiscais dedutíveis, caso em que só relevará a 75%.

Questão 28.:

Uma sociedade comercial com sede em Espanha:

- a) Nunca pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal.
- b) Pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal, desde que venda quaisquer bens ou serviços a residentes em Portugal.
- c) Só pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal, se tiver um estabelecimento estável em território português.
- d) Pode ser sujeito passivo de IRC, em Portugal, se gerar rendimentos que se considerem obtidos em Portugal.

Questão 29.:

Não são fiscalmente depreciables os activos qualificados como:

- a) Activos biológicos de produção.
- b) Activos fixos tangíveis que sejam mensurados pelo modelo da revalorização.
- c) Propriedades de investimento mensuradas ao justo valor.
- d) Estão correctas todas as alíneas anteriores.

Questão 30.:

O benefício à criação de emprego para jovens e desempregados de longa duração em matéria de IRC:

- a) Não se aplica quando o trabalhador é filho de um sócio da empresa.
- b) Só pode ser atribuído uma vez por cada trabalhador, independentemente da entidade patronal.
- c) É cumulável com qualquer incentivo em matéria de segurança social.
- d) Pode implicar deduções em seis exercícios económicos, tendo sempre o limite de cinco anos a contar do início da vigência do contrato sem termo.

Questão 31.:

A atribuição de gratificações aos trabalhadores, não integrados em órgãos sociais, na assembleia geral de aprovação de contas de 2012, realizada em março de 2013, e contabilizada como gasto em 2012, é aceite para efeitos fiscais:

- a) Em 2012.
- b) Em 2012, desde que as gratificações sejam pagas ou colocadas à disposição dos trabalhadores até ao fim de 2013.
- c) Em 2013.
- d) Em 2013, desde que as gratificações sejam pagas ou colocadas à disposição dos trabalhadores até ao fim de 2013.

Questão 32.:

Durante o exercício de 2012, a Sociedade Alfa, S.A. suportou os seguintes encargos:

- Despesas de representação dedutíveis: € 10.000;
- Encargos com viatura ligeira de passageiros cujo valor de aquisição ascendeu a €65.000: € 20.000;
- Encargos não devidamente documentados: € 2.000;
- Despesas não documentadas: € 4.000.

Sabendo que a sociedade apresenta prejuízos fiscais em 2012, o montante de tributação autónoma apurado deverá ser de:

- a) € 10.400.
- b) € 10.000.
- c) € 7.000.
- d) € 5.000.

Questão 33.:

Os rendimentos prediais obtidos por pessoas singulares estão sujeitos a tributação em IRS mediante a aplicação de uma taxa especial de 28%, incidente sobre:

- a) As rendas ilíquidas recebidas.
 - b) As rendas recebidas, líquidas de retenção na fonte.
 - c) As rendas ilíquidas recebidas, deduzidas de certo tipo de despesas.
 - d) As rendas recebidas líquidas de retenção na fonte, deduzidas de certo tipo de despesas.
-

Exame Fev'2013

Em julho de 2012 José Manuel Freitas iniciou negociações com vista à compra de mais uma sapataria localizada em Lisboa e de propriedade da firma Sapataria Caravela, Lda. Dado que esta empresa apresenta uma situação de capitais próprios negativos, resultante dos prejuízos registados nos últimos exercícios, José Manuel Freitas está a considerar a opção da Sapatarias J. M. Freitas, Lda. tomar de trespasse o estabelecimento da Sapataria Caravela, Lda.

QUESTÃO 4.:

Caso a Sapatarias J. M. Freitas, Lda. tome de trespasse o estabelecimento da Sapataria Caravela, Lda.:

- a) Haverá lugar à isenção de IVA relativamente à transmissão dos inventários e demais ativos detidos pela Sapataria Caravela, Lda..**
- b) As cessões dos inventários e demais ativos detidos pela Sapataria Caravela, Lda. não são consideradas transmissões para efeitos do IVA, pelo que são operações não sujeitas a este imposto.**
- c) A transmissão dos inventários e demais ativos detidos pela Sapataria Caravela, Lda. é uma transmissão sujeita a IVA.**
- d) Nenhuma das anteriores.**

QUESTÃO 5.:

Caso a Sapatarias J. M. Freitas, Lda. adquira a totalidade das quotas da Sapataria Caravela, Lda. e esta sociedade obtenha em 2013 e exercícios seguintes lucros contabilísticos e fiscais:

- a) O reporte fiscal gerado no período 2010-2012 poderá ser utilizado, mas a dedução a efectuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respectivo lucro tributável.**
- b) O reporte fiscal gerado em 2010-2012 não pode ser utilizado nas circunstâncias descritas.**
- c) O reporte fiscal gerado em 2010-2012 poderá ser utilizado, mas apenas se forem praticados preços normais de mercado nas transacções entre as empresas.**
- d) Nenhuma das anteriores.**

A Sapataria Funchalense, Lda. é uma das empresas do grupo. Localiza-se no Funchal (Madeira) e efetua todas as compras de sapato para revenda à Sapatarias J. M. Freitas, Lda. Em novembro de 2012 esta empresa efetuou uma compra de sapatos destinados à Sapataria Funchalense, Lda. a um fornecedor com sede em Itália, o qual enviou os sapatos diretamente de Milão para o Funchal.

QUESTÃO 7.:

Relativamente à venda pela Sapatarias J. M. Freitas Lda. à Sapataria Funchalense, Lda dos sapatos adquiridos ao fornecedor italiano e enviados diretamente por este para o Funchal, a Sapatarias J. M. Freitas, Lda.:

- a) Deverá liquidar IVA à taxa de 23%.**
- b) Deverá liquidar IVA à taxa de 22%.**
- c) Não deverá liquidar IVA pois trata-se de uma operação isenta.**
- d) Não deverá liquidar IVA pois trata-se de uma operação não sujeita.**

Tendo tomado conhecimento, ainda em outubro de 2012, destas intenções do Dr. Carlos Parente (constituir a sociedade com outro TOC e prestar assistência à sapataria da esposa), José Manuel Freitas fez-lhe a seguinte proposta: o Dr. Carlos Parente comprometia-se a, durante cinco anos, de 2013 a 2017, não desenvolver outras atividades senão a atividade de TOC no grupo da Sapatarias J. M. Freitas, Lda. e, em contrapartida, a empresa atribuía-lhe um prémio no valor de 45.000 euros (correspondente a 9.000 euros/ano, durante os cinco anos), o qual seria pago em três prestações de 15.000 euros cada, com vencimento e pagamento respetivamente nos dias 1 de janeiro de 2013, 2014 e 2015.

QUESTÃO 11.:

Caso aceite esta proposta, as quantias que o Dr. Carlos Parente venha a receber deverão ser consideradas:

- a) Rendimento da Categoria A do IRS, devendo ser considerado o montante de 9.000 euros no IRS em cada um dos cinco anos.***
- b) Rendimento da Categoria A do IRS, devendo ser considerado o montante de 15.000 euros no IRS de cada um dos anos de 2013, 2014 e 2015.***
- c) Rendimento da Categoria G do IRS, devendo ser considerado o montante de 45.000 euros no IRS de 2013.***
- d) Rendimento da Categoria G do IRS, a englobar nos exercícios em que forem pagas ou colocadas à disposição.***

A empresa adquiriu duas cadeiras para a nova loja, cujo custo foi de €400 cada uma.

QUESTÃO 21.:

Ao depreciar as duas cadeiras referidas, a Sapatarias J. M. Freitas, Lda.:

- a) Só poderia aplicar o método das quotas decrescentes se tivesse adquirido as cadeiras em estado de uso.***
- b) Não pode aplicar o método das quotas decrescentes porque se trata de bens de reduzido valor, inferior a 1.000 euros.***
- c) Pode aplicar o método das quotas decrescentes.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

O gerente da Sapatarias J. M. Freitas, Lda. pediu ao TOC da sociedade um esclarecimento sobre a possibilidade de passar a adotar o justo valor na mensuração dos ativos fixos tangíveis e da possibilidade desse valor ser aceite para efeitos fiscais.

QUESTÃO 24.:

Relativamente à aceitação do justo valor usado na contabilidade pela fiscalidade portuguesa actual:

- a) Nunca é fiscalmente aceite, em qualquer circunstância.***
- b) É aceite para efeitos de IRC, apenas quando o seu uso tenha decorrido de uma imposição obrigatória do SNC.***
- c) É fiscalmente aceite desde que esse recurso seja contabilisticamente imposto.***
- d) Pode excepcionalmente ser aceite para efeitos fiscais.***

Questão 26.:

A sociedade portuguesa Consultores Financeiros, S.A. elaborou um relatório a pedido de um cidadão alemão (não sujeito passivo de IVA), tendo em vista a obtenção de esclarecimentos sobre a legislação do nosso País, pois pretende cá fazer alguns investimentos.

A factura respeitante aos honorários devidos por esta prestação de serviços:

- a) Deve incluir IVA à taxa normal.
- b) Não deve incluir IVA, pois respeita a serviços financeiros.
- c) Não deve incluir IVA, pois se trata de operação tributada na Alemanha.
- d) Não deve incluir IVA, pois trata-se de operação intracomunitária.

Questão 27.:

A opção de renúncia à isenção de IVA nas transmissões de imóveis:

- a) Tem de ser feita por um período mínimo de três anos.
- b) Tem de ser feita por um período mínimo de cinco anos.
- c) Não envolve qualquer vínculo em termos de período de tempo, pois concretiza-se imóvel a imóvel.
- d) É obrigatória durante um período de cinco anos sempre que os adquirentes sejam sujeitos passivos.

Questão 28.:

Nos casos em que o englobamento de rendimentos em IRS é facultativo:

- a) A opção tem de ser feita por um período de dois anos.
- b) A opção tem de ser feita por um período de três anos.
- c) A opção tem de ser feita ano a ano.
- d) A opção só tem de ser feita por um período de dois anos se se tratar de menos-valias na alienação de partes de capital.

Questão 29.:

O Sr. A. Silva celebrou com a Construtora do Algarve, Lda. um contrato promessa de compra de um apartamento que irá destinar a férias, do qual consta uma cláusula que lhe confere o direito de, se assim o entender, ceder a sua posição a um terceiro. O preço estabelecido para o apartamento foi de € 100 000 e o Sr. A. Silva pagou um sinal de € 30 000 aquando da assinatura do contrato.

Em termos de IMT, a assinatura do referido contrato promessa implicou:

-
- a) O pagamento de 300,00€.
 - b) O pagamento de 322,78€.
 - c) O pagamento de 1.075,93€.
 - d) O não pagamento de qualquer imposto.

Questão 30.:

Não é aceite como gasto para efeitos de tributação em IRC:

- a) A despesa suportada com a reparação do soalho do escritório de uma empresa, danificado pelo rebentamento de um cano de água, por não existir seguro para esse tipo de acidente.
- b) O subsídio de refeição pago a um trabalhador, em montante superior ao devido aos servidores do Estado.
- c) A perda decorrente da venda a um banco, no âmbito de uma operação de venda com locação de retoma, de um equipamento fabril por preço inferior ao respectivo valor contabilístico.
- d) O IVA suportado por força da oferta a clientes de produtos da empresa originariamente destinados a comercialização.

Questão 31.:

É aplicável o método das quotas decrescentes:

- a) A uma viatura ligeira de passageiros, desde que o seu valor de aquisição seja inferior a dada quantia.
- b) A uma viatura pesada de passageiros adquirida por uma empresa de transportes de passageiros a uma sociedade que a utilizava para transportar pessoal.
- c) A um edifício em que está instalado um hotel.
- d) A uma viatura pesada de mercadorias adquirida nova.

Questão 32.:

Uma dada sociedade registou, em 2012, um volume de negócios de 10.000.000€. No mesmo ano, pagou quotizações à associação empresarial do sector em que se insere no montante de 15.000€.

No Quadro 07 da Declaração Modelo 22 do IRC respeitante a 2012 poderá deduzir:

- a) 5.000€.
- b) 7.500€.
- c) 15.000€.
- d) 22.500€.

Exame Out'2012

No final do exercício de 2011, a GRAFITOC registou uma perda por imparidade relativa à totalidade dos créditos sobre dois clientes: a SYSTEM OX, que é uma Empresa participada pela GRAFITOC, e uma Câmara Municipal, conforme a informação a seguir:

Identificação do cliente	Montante total em dívida	Observações
SYSTEM OX	4.000€	Dívida em mora há oito meses.
Câmara Municipal	100.000€	Dívida em mora há 25 meses.

QUESTÃO 6.:

Em face da informação acima, o montante da perda por imparidade de 2011 aceite para efeitos fiscais, no final do exercício de 2011, nas contas da GRAFITOC é de:

- a) 104.000€.
- b) 1.000€
- c) 100.000€.
- d) 0€.

O gasto com o almoço comemorativo dos '50 Anos da GRAFITOC 'é dedutível em IRC, mas origina tributação autónoma.

QUESTÃO 11.:

A GRAFITOC, relativamente a este gasto com o almoço comemorativo:

- a) *Em 2012, movimentará a débito, por 920€, uma subconta 2432 Estado e outros entes públicos – IVA dedutível.*
- b) *Em 2012, movimentará a débito, por 240€, uma subconta de 62 Fornecimentos e serviços externos.*
- c) *Se o resultado tributável de 2012 for negativo, não pagará em 2013 a tributação autónoma em IRC originada pelo gasto com o jantar.*
- d) *Em 2012, movimentará a débito, por 4.920€, uma subconta de 62 Fornecimentos e serviços externos.*

A GRAFITOC apresentou, nos últimos seis anos, entre 2006 e 2011, os seguintes resultados fiscais:

Ano de 2006..... Prejuízo (50.000€)	Ano de 2009..... Prejuízo (5.000€)
Ano de 2007..... Lucro 20.000€	Ano de 2010..... Lucro 8.000€
Ano de 2008..... Prejuízo (15.000€)	Ano de 2011..... Lucro 20.000€

Em maio de 2012, quando preencheu a Declaração Modelo 22 da GRAFITOC referente a 2011, o TOC Dr. Jaime Melo calculou o montante a inscrever relativo ao reporte de prejuízos fiscais.

QUESTÃO 21.:

A dedução ao lucro tributável do exercício de 2011 da GRAFITOC, por reporte de prejuízos fiscais, deverá ter sido no máximo de:

- a) 22.000€.***
- b) 15.000€.***
- c) 20.000€.***
- d) 42.000€.***

Em face da crise, a GRAFITOC está a procurar rentabilizar os ativos e reduzir o nível de endividamento, pelo que decidiu fechar duas lojas, uma em Faro e outra em Braga, as menos rentáveis da empresa.

Os imóveis foram entregues aos sócios por dação em cumprimento para liquidação parcial dos suprimentos de que estes são titulares na GRAFITOC.

QUESTÃO 23.:

Em relação à referida dação em cumprimento:

- a) Não haverá lugar a IMT, pois trata-se de uma dação em cumprimento.***
- b) O IMT incidirá sobre os valores atribuídos aos imóveis para efeitos da dação em cumprimento, a não ser que algum destes valores seja inferior ao respetivo valor patrimonial tributário.***
- c) O IMT incidirá sobre os valores contabilísticos líquidos das depreciações registadas, constantes do balanço da GRAFITOC.***
- d) Nenhuma das anteriores.***

Questão 26.:

Estão sujeitos a IVA:

- a) Os donativos a instituições particulares de solidariedade social.
- b) As remunerações pagas a trabalhadores dependentes.
- c) As taxas camarárias.
- d) Vendas de imóveis em relação aos quais é exercida pelos intervenientes a renúncia à isenção.

Questão 27.:

A Sociedade Sobicas, Lda., que explora o Café Bica, numa das ruas do centro do Porto, pagou à Sociedade Sopingos, Lda. uma dada quantia para que esta encerrasse o Café Pingo, que vinha explorando, deixando, assim, de lhe fazer concorrência.

Tal quantia:

- a) Está sujeita a IVA, por respeitar a uma transmissão de bens.
- b) Está sujeita a IVA, por respeitar a uma prestação de serviços.
- c) Está sujeita a IVA, por se relacionar com um imóvel.
- d) Não está sujeita a IVA, por não respeitar a uma transmissão de bens ou uma prestação de serviços.

Questão 28.:

Relativamente à quantia recebida pela Sociedade Sopingos, Lda., referida na questão anterior, tem para esta sociedade o seguinte tratamento para efeitos de IRC:

- a) Constitui rendimento sujeito a tributação.
- b) Não constitui rendimento sujeito a tributação.
- c) Constitui rendimento não sujeito a tributação.
- d) Constitui rendimento isento de tributação.

Questão 29.:

O Sr. José Moreira, solteiro, técnico oficial de contas, obteve em 2011 os seguintes rendimentos:

- Remunerações de trabalho dependente exercido na Sociedade Alfa, Lda.: tendo nesta trabalhado durante todo o ano, apenas recebeu as remunerações correspondentes a 10 meses de trabalho (no montante líquido de 2.000€ mensais), tendo recebido os restantes 4 meses (no mesmo montante líquido mensal) em 2012;
- Remunerações pelo exercício da atividade de técnico oficial de contas em regime de prestação de serviços, provenientes da Sociedade Beta, S.A.. Das avenças respeitantes a 2011, no total de 12, de 1.000€ cada, recebeu nesse ano apenas 11, tendo acabado por receber a relativa a dezembro apenas em março de 2012.

Para efeitos de tributação em IRS no ano de 2011, foi feito englobamento de:

- a) 31.000€.
- b) 32.000€.
- c) 39.000€.
- d) 40.000€.

Questão 30.:

Em 2 de março de 2010, o Sr. Alberto doou ao seu único filho um imóvel para habitação cujo Valor Patrimonial Tributário (VPT) foi nesse momento fixado em 30.000,00€. O VPT anterior ascendia a 2.000€. Admitindo que o filho do Sr. Alberto vendeu o imóvel em 8 de março de 2012 por 40.000€ e que o coeficiente de desvalorização de moeda aplicável era de 1, a mais-valia fiscal apurada ascende a:

- a) 8.000€.
- b) 10.000€.
- c) 40.000€.
- d) 38.000€.

Questão 31.:

Em maio de 2010, a sociedade Carrengil SGPS, Unipessoal, Lda. adquiriu ao seu único sócio uma participação na sociedade Motas, Lda.. Decorridos dois anos, a sociedade Carrengil alienou a referida participação, tendo apurado uma menos-valia fiscal de 50.000€. A menos-valia apurada:

- a) Não concorre para a determinação do lucro tributável.
- b) Concorre para a determinação do lucro tributável em metade do seu valor.
- c) Concorre para a determinação do lucro tributável na sua totalidade.
- d) Nenhuma das anteriores está correta.

Questão 32.:

Durante o ano de 2012, a Sociedade Kapinha, Lda. vendeu duas máquinas que integram o seu ativo fixo tangível. Uma delas foi vendida por 50.000€ e proporcionou uma mais-valia fiscal de 20.000€ e a outra foi vendida por 30.000€, tendo gerado uma menos-valia fiscal de 12.000€.

- a) Se reinvestir, nas condições legalmente previstas, 50.000€, as mais-valias líquidas tributadas serão de 4.000€.
- b) Se reinvestir, nas condições legalmente previstas, 50.000€, as mais-valias líquidas tributadas serão de 10.000€.
- c) Se reinvestir, nas condições legalmente previstas, 80.000€, as mais-valias líquidas tributadas serão de 4.000€.
- d) Se reinvestir, nas condições legalmente previstas, 80.000€, as mais-valias líquidas tributadas serão de 10.000€.